



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 21/01/2021 a 22/01/2021





Índice

Prefeitura de Mossoró | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC / MICHELSON FROTA

Município busca parcerias para o desenvolvimento econômico de Mossoró e região

Notícias - 21/01/2021 5

Blog do FM | RN

SENAC RN / BARREIRA ROXA / FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Pelo segundo ano consecutivo, Hotel-Escola Senac Barreira Roxa conquista prêmio com uma das melhores notas de avaliação no site Booking

Notícias - 21/01/2021 6

Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / MARCELO QUEIROZ / FERNANDO VIRGILIO

Marcelo Queiroz recebe homenagem da superintendência da PRF/RN

Notícias - 21/01/2021 7

Canindé Santos | RN

SENAC RN / DEL TURISMO

Prefeitura busca qualificação para profissionais do turismo de Extremoz

Notícias - 21/01/2021 8

Blog da Juliska | RN

Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios

Notícias - 21/01/2021 9

O Mossoroense | RN

Exportações do RN cresceram quase 90% em dezembro

Notícias - 21/01/2021 11

Tribuna do Norte | RN

Governo Fátima pede agilidade ao Governo Federal para produção de vacinas

Notícias - 21/01/2021 12

Tribuna do Norte | RN

Pedidos de recuperação judicial caíram 15% em 2020

Notícias - 21/01/2021 13

Tribuna do Norte | RN

Governo federal se compromete com isenção de exportações para o PMA

Notícias - 21/01/2021 14

Estadão | DF

Após impasse, Índia libera envio de 2 milhões de doses de vacina de Oxford

Notícias - 22/01/2021 15

Estadão | DF

Empresários pressionam por vacinas, oferecem ajuda e criticam governo

Notícias - 22/01/2021 16

Estadão | DF

Empresas veem 'improviso' do governo

Notícias - 22/01/2021 17

| | |
|--|----|
| Estadão DF Com pandemia, dobram denúncias contra empresas Notícias - 22/01/2021 | 18 |
| Estadão DF TCU cobra crédito dado a bancos públicos Notícias - 22/01/2021 | 19 |
| Estadão DF Com pandemia, sites de venda de produtos estrangeiros ganham espaço Notícias - 22/01/2021 | 20 |
| Folha de São Paulo DF Governo baixará tom no 5G para agilizar entrega de insumos de vacina da China Notícias - 22/01/2021 | 21 |
| Folha de São Paulo DF Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021 Notícias - 22/01/2021 | 22 |
| Folha de São Paulo SP País mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez, diz Arminio Notícias - 22/01/2021 | 23 |
| Folha de São Paulo RJ Problema na vacinação e alta de casos exigem novas políticas de ajuda, afirmam economistas Notícias - 22/01/2021 | 24 |
| O Globo DF Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal Notícias - 22/01/2021 | 25 |
| O Globo DF Fim do auxílio deixa mães solo sem rede de proteção social na crise Notícias - 22/01/2021 | 27 |
| O Globo DF Preços de plano de saúde disparam com reajuste Notícias - 22/01/2021 | 28 |

No clipping de hoje damos destaque, inicialmente, à notícia do jornal Estadão que trata da liberação do envio de 2 milhões de doses de vacina da Índia ao Brasil. As primeiras doses da vacina de Oxford produzida com a farmacêutica AstraZeneca serão enviadas ao Brasil e ao Marrocos hoje, segundo declaração do secretário de Relações Exteriores do país asiático à Reuters. Em nota, o Ministério da Saúde confirmou que as vacinas devem chegar hoje ao país. As doses foram fabricadas no Instituto Serum da Índia, o maior produtor de vacinas do mundo e que recebe pedidos de diversos continentes. Saiba mais detalhes na página 15 do clipping.

O Jornal Folha de São Paulo revela que o governo Jair Bolsonaro adotará tom mais amigável em relação à participação da chinesa Huawei na tecnologia 5G. O motivo da mudança é que os imunizantes contra covid-19 produzidos no Brasil dependem de insumos exportados da China, com quem o presidente brasileiro mantém uma relação conflituosa. A entrega dos produtos está atrasada e tem afetado o cronograma de produção das vacinas. A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, no entanto, o país asiático é constantemente atacado pela ala ideológica do governo em alinhamento com o ex-presidente dos EUA Donald Trump. Saiba mais na página 21 do clipping.

Privados de viagens internacionais e em busca de preços baixos, os brasileiros durante a pandemia foram com forte apetite às compras pela internet de produtos estrangeiros. A matéria do Estadão, na página 20 do clipping, revela que o maior interesse por esse segmento, conhecido como e-commerce cross border, obrigou empresas, tanto nacionais quanto internacionais, a investir na redução de prazo de entrega e condições de vendas mais adequadas ao gosto do consumidor, como parcelamento, frete grátis e até devolução da compra sem ônus. O texto também traz dados sobre quais produtos tiveram alta no consumo durante a pandemia, bem como o que atrai e o que afasta os brasileiros das compras em sites estrangeiros.

A Folha de São Paulo ouviu especialistas sobre a necessidade de novas políticas de ajuda econômica diante da alta de casos de Covid-19 e os problemas na vacinação contra o novo coronavírus. A matéria, na página 24 do clipping, destaca que os setores mais afetados pela crise sanitária no ano passado, como bares, restaurantes e transportes, devem ser novamente os principais prejudicados por um recrudescimento da pandemia. Nesse cenário, medidas mais restritivas à circulação seriam adotadas, mas, desta vez, o impacto econômico poderia ser maior do que o visto ano passado dada a ausência do auxílio emergencial.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Prefeitura de Mossoró - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Município busca parcerias para o desenvolvimento econômico de Mossoró e região **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/municipio-busca-parcerias-para-o-desenvolvimento-economico-de-mossoro-e-regiao>

Município busca parcerias para o desenvolvimento econômico de Mossoró e região

21 de janeiro de 2021 | Thiago Braga | 0



Município abre diálogo em busca de parcerias. (foto: Wilson Moreno/PMM)

A Prefeitura Municipal de Mossoró, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, se reuniu na manhã desta quinta-feira, 21, com representantes da Federação do Comércio, Bens e Turismo (**Fecomércio RN**), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (**Senac**) e do Sindilojas Mossoró.

O encontro teve como objetivo aproximar o poder público das instituições, firmando parcerias que possibilitem incremento na economia local, inclusive, beneficiando toda a região, uma vez que Mossoró se configura em cidade polo, bem localizada entre duas capitais. "O **Senac** dispõe de um grande capital de informações. Com a parceira, vamos oportunizar qualificação de mão de obra local, fazendo com que o empresário contrate pessoas daqui", explica Franklin Filgueira, secretário de Desenvolvimento Econômico.

O gestor do **Senac** Mossoró, Benjamin Garcia, destacou a importância do diálogo com o poder público. "O **Senac** vem colaborar com a secretaria no âmbito da qualificação profissional, pois sabemos da importância disso para o sucesso do comércio, bens e turismo. Estamos a disposição da secretaria para contribuir com projetos técnicos, estudos de viabilidade e estudos técnicos", finalizou o gestor.

No encontro, a **Fecomércio RN** apresentou programas de capacitação para profissionalização. O **vice-presidente da federação** comentou o momento. "Sabemos que existe uma dificuldade em capacitar as pessoas. Através de nossos parceiros temos programas corporativos que deixaremos a disposição para firmar parcerias buscando melhores resultados e avançar no desenvolvimento da cidade", comentou **Michelson Frota**.

Franklin Filgueira ainda ressaltou a importância da parceria no tocante ao acesso ao acervo técnico das instituições. "Elas dispõem de muitas pesquisas. São dados relevantes para fazer planejamento, tomada de decisões, organização do trabalho. Através das parcerias vamos fomentar as políticas para desenvolvimento do município", acrescentou o secretário.

Veículo: Blog do FM - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Pelo segundo ano consecutivo, Hotel-Escola Senac Barreira Roxa conquista prêmio com uma das melhores notas de avaliação no site Booking **Impacto:** Positivo

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/pelo-segundo-ano-consecutivo-hotel-escola-senac-barreira-roxa-conquista-premio-com-uma-das-melhores-notas-de-avaliacao-no-site-booking>

Turismo

Pelo segundo ano consecutivo, Hotel-Escola Senac Barreira Roxa conquista prêmio com uma das melhores notas de avaliação no site Booking

21 de janeiro de 2021 às 07:00 • Comentar

FOTO:
REPRODUÇÃO

O Hotel-Escola Senac Barreira Roxa conquistou o Prêmio Traveller Review Awards 2021, programa realizado anualmente pelo site de buscas e reservas de hospedagens Booking, que tem como objetivo reconhecer os hotéis mais bem avaliados nas notas de avaliação deixadas por viajantes após sua estadia ou experiência. Este é o segundo ano consecutivo que o hotel recebe o prêmio, após sua reinauguração em fevereiro de 2019.

O Barreira Roxa recebeu cerca de 450 avaliações, que estabeleceram a nota média de 9,2, incluindo o hotel na categoria "Fantástico". Essa pontuação o colocou com melhor nota entre os hotéis instalados na Via Costeira, principal corredor turístico da capital potiguar.

Administrado pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, o Hotel-Escola Barreira Roxa dispõe de um complexo que desponta como um verdadeiro ícone do turismo local. O hotel pode acomodar até 150 leitos e dispõe de salão de jogos, academia de ginástica, espaço infantil, baby copa e área de lazer. A estrutura ainda oferece o Restaurante Navarro, Bar Teófilo e Café Dorian Gray, espaços abertos ao público e que se destacam pelos cardápios e decoração que privilegiam a cultura local. Além da estrutura moderna, o Hotel-Escola se destaca pelo alto nível de excelência desempenhado pela equipe de profissionais, em grande parte formada no Centro de Educação Profissional Barreira Roxa. A escola conta com uma estrutura moderna e que atende as exigências do mercado com cozinhas pedagógicas, laboratórios, salas de aula e biblioteca.

"Todos os reconhecimentos que obtivemos desde nossa reinauguração ratificam a excelência do trabalho executado pela nossa equipe de profissionais, no que diz respeito à segurança sanitária de higiene e qualidade no atendimento ao público. A premiação do Booking, pelo segundo ano consecutivo, revela a opinião dos próprios usuários dos nossos serviços e comprova esse cuidado com que fazemos nosso trabalho", disse o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Em meio a pandemia Covid-19, o Hotel-Escola se adaptou rapidamente a todas as normas exigidas pela Organização Mundial de Saúde e entre os meses de abril e outubro de 2020 hospedou gratuitamente cerca de 116 profissionais da saúde que conviviam com familiares vulneráveis aos grupos de risco da doença. Ainda em 2020 o Barreira Roxa recebeu dois importantes certificados de excelência reconhecidos internacionalmente nas áreas de segurança sanitária e qualidade no atendimento, o Travellers' Choice do Tripadvisor e o Safe Travel do World Travel & Tourism Council (WTTC), único órgão global que representa o setor privado de Viagens de Turismo, reconhecido pela Organização Mundial do Turismo, recebido em conjunto com o selo estadual Turismo Mais Protegido, que referenda as boas práticas na área de biossegurança implementadas.

"Após um ano totalmente atípico, em que enfrentamos diversos desafios para nos adaptarmos ao contexto da pandemia Covid-19, o hotel Barreira Roxa continua oferecendo aos seus hóspedes e visitantes o melhor atendimento e serviço, através de um trabalho feito com dedicação, zelo e profissionalismo por toda nossa equipe. Ficamos todos muito felizes com o reconhecimento e ainda mais motivados para oferecer um atendimento de excelência", afirma o gerente do hotel, Celso Paiva.

Veículo: Hilneth Correia - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21

Título: Marcelo Queiroz recebe homenagem da superintendência da PRF/RN **Impacto:** Positivo

Link: <http://hilnethcorreia.com.br/2021/01/21/marcelo-queiroz-recebe-homenagem-da-superintendencia-da-prf-rn>

NA BORDA

MARCELO QUEIROZ RECEBE HOMENAGEM DA SUPERINTENDÊNCIA DA PRF/RN



By Hilneth Correia

Posted on 21 de janeiro de 2021



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, recebeu nesta quarta-feira (20), o certificado de parceria da superintendência Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte. A entrega foi feita na sede da PRF/RN, pelo superintendente Djarlon Henri que Moura, e contou com a presença do diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio, e do chefe do gabinete da superintendência da PRF, Marcelo Henri que Montenegro.



O Sistema Fecomércio RN, por meio do Sesc, foi parceiro da instituição concedendo diversos serviços, e a Polícia Rodoviária Federal fez a doação de alimentos e materiais de limpeza para o programa Mesa Brasil, do Sesc.

"Queremos agradecer a parceria com o Sistema Fecomércio RN, que muito nos ajudou em 2020. Com a pandemia, nos preocupamos com a logística do país e atuamos muito forte, e contamos com a ajuda de diversas entidades", comentou o superintendente Djarlon.

O presidente Marcelo Queiroz agradeceu a homenagem e elogiou o trabalho da PRF. "É muito bom ser reconhecido por uma instituição séria, que traz a segurança para os brasileiros", afirmou Queiroz. O diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio, que também recebeu a homenagem, reforçou o agradecimento na confiança depositada no Sistema Fecomércio RN.

Veículo: Canindé Santos - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Prefeitura busca qualificação para profissionais do turismo de Extremoz **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.canindesantos.com.br/2021/01/prefeitura-busca-qualificacao-para.html>

Home » PREFEITURA BUSCA QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DO TURISMO DE EXTREMOZ Unlabelled

PREFEITURA BUSCA QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DO TURISMO DE EXTREMOZ

canindesantos.com.br 04:19



A Prefeitura Municipal de Extremoz, por meio da Secretaria de Turismo, realizou visita ao SENAC/RN.

O objetivo do encontro foi firmar parcerias para ofertar cursos de qualificação à população de Extremoz.

Na ocasião, foi apresentado o Sistema DEL Turismo, o qual promove a união entre os setores atuantes no segmento, como repartições públicas, iniciativa privada e técnicos, para trabalharem de forma conjunta em favor de um modelo de gestão focado no desenvolvimento sustentável.



Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/pesquisa-do-sebrae-mostra-que-em-2020-dobrou-a-demanda-por-credito-nos-pequenos-negocios>

21
JAN

Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios

Apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos meses pelos donos de pequenos negócios, o ano de 2020 foi marcado pela expansão do crédito bancário para as micro e pequenas empresas brasileiras. É o que mostra a 8ª edição da Pesquisa "Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil", produzida pelo Sebrae, entre os dias 14 de setembro e 11 de novembro deste ano.

O levantamento anual, feito desde 2013, identificou também que no segundo trimestre de 2020, período mais difícil da pandemia, aumentou em 35% o volume de crédito concedido pelos bancos, comparado ao II trimestre de 2019. O volume de crédito concedido passou de R\$ 65 bilhões no segundo trimestre de 2019 para R\$ 87 bilhões, no mesmo período de 2020.

No entanto, esse aumento no total de crédito concedido não foi acompanhado pelo crescimento do número de pequenos negócios tomadores de crédito, que se manteve praticamente estável quando se compara os dois períodos mencionados.

"Observamos que não houve um aumento no número total de pequenos negócios tomadores de crédito, mas houve um crescimento considerável no volume de crédito e um recorde de 79% na proporção de empréstimos tomados como Pessoa Jurídica. Sob influência da pandemia houve, por um lado, uma mobilização do governo para oferecer programas de crédito emergenciais e, por outro, a necessidade de crédito por parte dos empresários diante de crise profunda", explicou o presidente do Sebrae, Carlos Melles.

O estudo feito pelo Sebrae pelo oitavo ano consecutivo colheu informações de 1.201 empresários de todos os 26 estados e do DF, sendo 661 donos de microempresas; 234, de empresas de pequenos e 306 microempreendedores individuais (MEI). A pesquisa também foi complementada por análises feitas a partir de dados fornecidos pelo Banco Central.



Dessa forma, o Sebrae identificou também que, entre os ramos dos pequenos negócios, a expansão do volume do crédito foi concentrada nas Empresas de Pequeno Porte (EPP), que ficaram com 83% das novas concessões, contra 12% das microempresas e 5% no caso dos microempreendedores individuais (MEI). Já o número total de Pequenos Negócios tomadores de empréstimo bancário cresceu apenas 1%, no mesmo período de comparação. "Os dados indicam que, neste contexto, as empresas que conseguiram crédito já possuíam um relacionamento bancário e foram favorecidas por uma boa organização financeira", destacou Melles.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/pesquisa-do-sebrae-mostra-que-em-2020-dobrou-a-demanda-por-credito-nos-pequenos-negocios>

Dificuldades diminuíram, mas continuam elevadas

O levantamento anual do Sebrae apontou ainda que, apesar dos obstáculos históricos para o acesso ao financiamento dos negócios, o ano de 2020 apresentou uma queda no nível de dificuldade na obtenção de empréstimos bancários, segundo avaliação dos próprios empresários. Em 2019, 69% dos Pequenos Negócios encontrou dificuldade, em 2020, 63% encontrou dificuldade.

Outro dado revelado pelo Sebrae foi que, nos últimos seis meses, mais que dobrou a demanda por empréstimo novo em bancos por parte de donos de empreendimentos de pequeno porte. Enquanto em 2019, 18% dos empresários tentou obter um crédito, em 2020, esse percentual foi de 38%, sendo que os recursos foram utilizados principalmente para capital de giro.



Entre os novos empréstimos ou financiamentos tomados, 55% foram feitos por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), lançado pelo Governo Federal para responder aos fortes impactos da crise sobre os pequenos negócios. Os relatos de dificuldades dos empresários junto aos bancos também caíram expressivamente, principalmente sobre as taxas de juros (de 44% para 18%) e exigência de garantias (de 20% para 11%).

De acordo com o estudo, essa queda é sobretudo reflexo do Pronampe e da disponibilização de novas linhas de crédito com garantias do Sebrae, via Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), entre outros fundos garantidores. Mesmo com uma melhora no cenário de crédito bancário neste ano, o estudo do Sebrae também mostra que um dos principais desafios para 2021 ainda é a redução da burocracia, considerada um fator importante para facilitar a aquisição de empréstimo.

O trabalho mostra ainda que as demais formas de financiamento, não bancários, "comuns" entre os Pequenos Negócios, como negociar prazo com fornecedores, passar cheque pré-datado e usar recursos de amigos e parentes, também foram bem menos utilizados em 2020, se comparado a todos os demais anos em que a pesquisa foi realizada.

A pesquisa também mostrou que muitos empresários ainda desconhecem algumas alternativas existentes para ajudar na manutenção dos negócios. É o caso da Empresa Simples de Crédito (ESC), que é desconhecida pela grande maioria dos empresários (91%), bem como a possibilidade de empréstimos em instituições financeiras por meio de canais digitais. Neste caso, apenas 12% dos empresários afirmaram que já solicitaram empréstimo por meio da Internet, seja pelo site do banco ou aplicativo. Por outro lado, 57% disseram que sabiam da existência da possibilidade de empréstimo via maquininha de cartão, mas apenas 2% já solicitou essa modalidade de crédito.

Veículo: Jornal O Mossoroense - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: Exportações do RN cresceram quase 90% em dezembro **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.omossoroense.com.br/exportacoes-do-rn-cresceram-quase-90-em-dezembro>

REGIONAL

Exportações do RN cresceram quase 90% em dezembro

Se comparadas a 2019, as exportações saltaram 72,7%; principais produtos foram óleo combustível, sal e frutas frescas

On 21 de janeiro de 2021



Em dezembro, as exportações no Rio Grande do Norte cresceram 87,7% em relação ao mês anterior. Se comparado a dezembro de 2019, o número também cresceu de forma expressiva: 72,7%. O óleo combustível (*fuel oil*), sal e frutas como melão, melancia e manga foram os grandes responsáveis pelo salto no mercado exterior.

No entanto, de acordo com a **pesquisa** realizada pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do estado do Rio Grande do Norte (CIN/FIERN), as exportações ficaram 2,2% menores que as de 2019 no acumulado do ano.

Considerando o período de agosto a dezembro da safra 2020/21, as exportações de melão estão 1,6% menores em valor que no mesmo período da safra 2019/20. Em contrapartida, o valor é 1,3% maior em tonelagem embarcada. Já as exportações de melancias cresceram 24,9% em relação à safra passada.

O gerente do CIN/FIERN, Luiz Henrique Moreira Guedes, afirma que o resultado de um mês não deve ser encarado como mais importante do que o do ano inteiro, como apontado o estudo.

“Uma grande variação de um mês normalmente é resultado de um evento que pode ser temporário e normalmente ele é. No caso, foi resultado de um grande embarque de *‘fuel oil’*, um produto de ocorrência irregular e cujo valor em dezembro foi muito superior ao que ocorreu das vezes anteriores”, explica.

Em um ano marcado pela pandemia do novo coronavírus, Luiz Henrique Guedes comenta como a doença impactou no resultado da exportação potiguar. “A pandemia realmente alterou bastante a pauta do estado na maior parte do ano, com alguns produtos mais impactados que outros. É o caso dos peixes e dos tecidos de algodão, que caíram bastante”, avalia o gerente.

Na balança comercial, as importações cresceram 7,4% e a corrente de comércio ficou quase 1% maior em relação a 2019. Trigo, polímeros, equipamentos elétricos, coque de petróleo e estruturas de ferro fundido foram os itens de maior valor importado.

“O Rio Grande do Norte tem uma pauta bastante diversificada, embora alguns produtos guardem um valor mais representativo. Exportamos bastante fruta fresca, mas também tecidos, pescados, granito, açúcar... Enfim, uma variedade muito grande de produtos com valores importantes, mas que sozinhos não têm um impacto muito grande na pauta quando crescem ou diminuem de forma acentuada”, pontua.

Para 2021, a meta é continuar crescendo. “Há uma grande expectativa de melhora porque os mercados, apesar da segunda onda da pandemia, demonstram um retorno, principalmente de produtos que dependem de canais de comercialização que envolvem restaurantes, hotéis, como é o caso dos pescados, e vestuário, com os tecidos de algodão”, projeta Guedes.

Fonte: Brasil 61

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Governo Fátima pede agilidade ao Governo Federal para produção de vacinas **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governadora-fa-tima-pede-agilidade-ao-governo-federal-para-produz-a-a-o-de-vacinas/500927>

Governadora Fátima pede agilidade ao Governo Federal para produção de vacinas

Publicação: 2021-01-21 11:16:08

A governadora Fátima Bezerra assinou nesta quarta-feira (20), em conjunto com um grupo de 14 governadores, um ofício ao presidente da República, Jair Bolsonaro, pedindo que o Governo Federal agilize o trabalho para garantir os materiais necessários para a produção das vacinas contra a Covid-19.

Créditos: Sandro Menezes



Governadora Fátima Bezerra encaminhou carta ao presidente

O ofício nº 10/2021 do Fórum dos Governadores, assinado por governadores de todas as regiões do Brasil, trata do momento em que o país passa por dificuldades para importar junto à China e à Índia os insumos utilizados na fabricação dos imunizantes contra a Covid-19 no Instituto Butantan e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

"Nesse sentido, solicitam a essa Presidência que seja avaliada a possibilidade de estabelecimento de diálogo diplomático com os governos dos países provedores dos referidos insumos, sobretudo China e Índia, para assegurar a continuidade do processo de imunização no País", relata o documento.

Para a governadora Fátima Bezerra, o momento exige coordenação e trabalho conjunto para garantir que se continue o plano de imunização. "Nós queremos ampliar ao máximo o processo de vacinação em todo o país. É urgente que as providências sejam tomadas, com os devidos encaminhamentos, para que as vacinações não sofram solução de descontinuidade e que possamos garantir o direito à vacinação a toda a população", afirmou a chefe do Executivo potiguar.

Nesta primeira remessa, o RN recebeu do Ministério da Saúde pouco mais de 82 mil doses da CoronaVac/Butantan, dentro do lote de 6 milhões de doses autorizadas para uso emergencial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Fizemos a nossa parte de preparar o Rio Grande do Norte para receber as vacinas. Estamos com a estrutura pronta para receber tudo o que necessitamos. A prova é que em poucas horas após desembarcarem as vacinas estavam em todas as regiões do estado e começamos o plano de imunização no estado", completou Fátima.

Além da governadora Fátima Bezerra, o ofício endereçado à Presidência da República conta com as assinaturas dos governadores Wellington Dias (Piauí) e coordenadora temática da vacinação no Fórum de Governadores, Flávio Dino (Maranhão), Camilo Santana (Ceará), Renan Filho (Alagoas), Belivaldo Chagas (Sergipe), Paulo Câmara (Pernambuco), João Azevedo (Paraíba), Helder Barbalho (Para), Waldez Góes (Amapá), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), João Dória (São Paulo), Romeu Zema (Minas Gerais), Renato Casagrande (Espírito Santo) e Mauro Mendes (Mato Grosso).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Pedidos de recuperação judicial caíram 15% em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pedidos-de-recuperaa-a-o-judicial-cao-r-am-15-em-2020/500949>

Pedidos de recuperação judicial caíram 15% em 2020

Publicação: 2021-01-21 17:47:00

A quantidade de pedidos de recuperação judicial no país em 2020 totalizou 1.179 no período de janeiro a dezembro. O montante é 15% menor que o total registrado no mesmo período do ano anterior. Os dados, divulgados hoje (21), são da Serasa Experian.

Créditos: Arquivo TN



Dados foram divulgados hoje pela Serasa Experian

De acordo com a entidade, a expectativa do aumento do número de pedidos de recuperação judicial em 2020 não se concretizou. “Com a facilitação de prazos feita pelos credores, os juros mais baixos e as novas linhas de crédito disponibilizadas, os donos de negócios recorreram menos à recuperação judicial, que já é naturalmente o último recurso das empresas com dificuldades financeiras”, destacou o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

Segundo a entidade, muitos empresários optaram por aguardar a resolução da nova Lei de Falências, sancionada pelo governo federal no final de dezembro, que permite, por exemplo, que as empresas façam financiamentos durante a recuperação judicial.

Entre os segmentos, o que apresentou maior quantidade de pedidos em 2020 foi Serviço, com 589 solicitações e queda de 1,5% em relação a 2019. O setor do Comércio fez 278 requisições (queda de 20,3% em relação à 2019), seguido pela Indústria, com 203 pedidos (-25%); e o Setor Primário, com 109 solicitações (-35,5%).

Por porte, as micro e pequenas empresas foram as que registraram o maior volume de requerimentos (752) em 2020, seguidas pelas médias (282) e grandes (145).

Agência Brasil

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 21/01/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Governo federal se compromete com isenção de exportações para o PMA **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-federal-se-compromete-com-isena-a-o-de-exportaa-a-es-para-o-pma/500958>

Governo federal se compromete com isenção de exportações para o PMA

Publicação: 2021-01-21 20:06:00

O governo brasileiro garantiu que não vai impor restrições a exportações de produtos ligados ao Programa Mundial de Alimentos (PMA). O compromisso visa "facilitar os fluxos internacionais de bens e serviços necessários para a resposta à pandemia" e garantir às populações mais necessitadas o acesso à alimentação. Segundo o governo federal, o mesmo compromisso também foi firmado por outros 78 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). A organização conta com 164 membros no total.



Créditos: Divulgação

O compromisso foi divulgado hoje (21), em nota conjunta assinada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério das Relações Exteriores. "[O Brasil e outros 78 membros] adotaram hoje, 21 de janeiro, em Genebra, declaração conjunta de compromisso em favor da isenção das aquisições para fins humanitários realizadas pelo PMA da imposição de medidas de proibição ou restrição às exportações. O conjunto dos copatrocinadores representa mais de 70% das exportações agrícolas mundiais", afirmaram os dois ministérios.

"O contexto da pandemia de covid-19 e a imposição de medidas de proibição ou restrição às exportações de produtos agrícolas em 2020 ampliaram os desafios já existentes para as operações do PMA. O Programa estima que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda nos países em que opera aumentou para 270 milhões até o fim de 2020, o que representa um aumento de 82% em relação ao nível pré-covid-19", acrescentam as pastas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a pandemia de covid-19 aumentou o quadro de desnutrição na região mais populosa do mundo, a Ásia-Pacífico. O aumento nos preços de frutas, vegetais e derivados do leite dificultou o acesso dos mais pobres a uma alimentação saudável. Segundo relatório da ONU, a situação é mais grave para mães e crianças. Segundo a entidade, dois bilhões de pessoas estão sendo afetadas na região.

O PMA é um programa da ONU de ajuda alimentar multilateral, que tem a participação de países-membros das Nações Unidas. O programa recebe doações de governos, de empresas e doações anônimas e doa alimentos a populações carentes em regiões pobres do mundo e presta assistência em situações de emergência. Só em 2019, o programa atendeu 97 milhões de pessoas em 88 países. O objetivo é alcançar a segurança alimentar e acabar com a fome até 2030.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 22/01/21 - Cidade/UF: DF

Título: Após impasse, Índia libera envio de 2 milhões de doses de vacina de Oxford Impacto: Neutro

A8 | SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Metrópole

SITUAÇÃO DA COVID-19 NO PAÍS

● Com dados do consórcio da imprensa e do ministério (recuperados)

| TOTAL DE MORTES | NOVOS REGISTROS DE MORTES DIÁRIOS ATÉ AS 20H DE ONTEM | MÉDIA DIÁRIA DE MORTES (7 DIAS) | TOTAL DE TESTES POSITIVOS | NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM | NÚMERO DE RECUPERADOS* |
|-----------------|---|---------------------------------|---------------------------|---|------------------------|
| 214.220 | 1.335 | 1.010 | 6.699.814 | 59.946 | 7.500.741 |

*NÚMERO DE MORTES NÃO FOI REGISTRADO

Estado de SP terá fase vermelha nos fins de semana. Pág. A9 }

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

'Sim, as vacinas estão chegando', disse ao 'Estadão' o embaixador da Índia em Brasília, Suresh Reddy; após uma semana de atraso, embarque de remessas para o Brasil está previsto para hoje. Produção local de imunizante pela Fiocruz será possível só no 2º semestre

Após impasse, Índia libera envio de 2 milhões de doses de vacina de Oxford

Felipe Frazão | BRASÍLIA

O governo da Índia liberou a exportação comercial de vacinas contra a covid-19. As primeiras remessas de doses serão enviadas ao Brasil e ao Marrocos hoje, segundo disse o secretário de Relações Exteriores do país asiático à agência Reuters. O embaixador da Índia em Brasília, Suresh Reddy, confirmou que serão enviadas duas milhões de doses do imunizante da Universidade de Oxford e da farmacêutica AstraZeneca. "Sim, as vacinas estão chegando como prometido", disse Suresh Reddy ao Estadão.

As doses foram fabricadas no Instituto Serum da Índia, o maior produtor de vacinas do mundo e que recebe pedidos de diversos continentes. A remessa era esperada para o último dia 17, e atrasou uma semana.

O governo indiano tem usado o fornecimento de vacinas de forma diplomática, para reforçar sua presença na Ásia, e a relação com países vizinhos que foram priorizados e já começaram a receber as remessas. Além das doses, a Índia dá ao Brasil um treinamento em administração da vacina.

Segundo o embaixador indiano, o cronograma de entrega foi combinado com o Itamaraty e as doses devem chegar em breve ao País. "Valorizamos nossa parceria com o Brasil e naturalmente esse pedido foi priorizado", disse. O Brasil foi um dos primeiros países a receberem o aval de exportação, atrás apenas de países asiáticos, africanos e do Oriente Médio, sobre os quais a Índia deseja ampliar sua influência. Por isso, diplomatas do primeiro escalão da Índia têm viajado para fazer a entrega dos lotes pessoalmente.

Outros beneficiados são Bangladesh, Butão, Maldivas, Mongólia, Mianmar, Nepal, Bahrein, Ilhas Maurício, Marrocos, Omã, Ilhas Seychelles e Sri Lanka. Parte desses países em desenvolvimento recebeu as doses como doação, em uma ofensiva diplomática do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi.

Ontem, um incêndio matou cinco trabalhadores no Serum. A direção do instituto disse que não houve perda de doses. A unidade atingida pelo fogo faz parte de um projeto de expansão das instalações.

Em nota, o Ministério da Saú-



Na Índia. Frascos da vacina da AstraZeneca manipulados no Serum Institute; segundo embaixador, Brasil 'foi dos primeiros a receber aval de exportação'

QUATRO PERGUNTAS PARA...

Umesh Mukhi, especialista em gestão internacional da FGV-Eaeq

1. O que está acontecendo na gestão dos insumos?
Foi a falta de planejamento do governo que estimulou uma crise. Mas não se pode esperar que os outros países respondam a isso com urgência. Eles também estão lidando com a crise deles.

2. Há problemas de burocracia para a importação?
Não é isso. As empresas fazem contratos e cumprem esses contratos. Tivemos problema de arroz aqui no Brasil e importamos da Índia,

normalmente. Também não vejo problema diplomático e nem acho que esteja havendo atraso.

3. Então, o que houve?
Negligência, falta de planejamento. Se você disser que há uma crise e precisa que a vacina chegue em uma semana, isso não é normal. Em geral, não vejo que a burocracia vá atrapalhar. Ela existe por segurança pública, principalmente no setor da saúde. A questão é que há uma crise interna no Brasil.

4. Já há uma relação mais antiga, como no combate à febre amarela, não é?
Sim, é comum essa importação dos insumos. Nos casos da febre amarela, zika, havia um direcionamento, um plano. Hoje você vê o presidente da Cimara indo à embaixada da China. Isso é fora do normal. Tem o governo de SP e agora o presidente querendo falar com o presidente chinês. O problema não é das instituições que produzem a vacina, Fiocruz e Butantan. Há uma falta de foco. **PABLO PEREIRA**

Itamaraty pelo feito. Bolsonaro disse ontem também que agora há "sede pela vacina" e que o governo "está fazendo o possível". Pelo Twitter, Filipe Martins, assessor especial para assuntos internacionais do governo, culpou a divulgação feita pela imprensa pela demora do envio das doses da Índia ao Brasil.

A Fiocruz será a responsável pela produção da vacina de Oxford no País, mas depende de insumos vindos da China. A fundação ouviu para março a entrega das primeiras doses de produção local. A Argentina também tem uma fábrica capaz de produzir doses do imunizante de Oxford e já enviou insumos para o México. Mas o contrato com a AstraZeneca prevê que a fábrica argentina abasteça só os outros países da América Latina, com exceção do Brasil.

Por causa da alta demanda de IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) necessário para abastecer o Brasil (100 milhões de doses inicialmente), ficou acertado que

os principais ingredientes seriam produzidos na fábrica da China, cuja capacidade é bem maior do que a da Argentina. O contrato prevê também a transferência de tecnologia para que a Fiocruz passe a produzir em solo nacional todos os insumos a partir do 2.º semestre.

China. A Coronavac também depende de articulação diplomática – a liberação do envio de insumos pela China. Como o Estadão mostrou, o governo tem isolado Araújo nas negociações com Pequim. O Butantan já afirmou ter praticamente esgotado a quantidade de insumos para fabricar a Coronavac. O órgão distribuiu o 1.º lote, com 6 milhões de doses, para começar a imunização no País. Além disso, tem condições de entregar mais 4,8 milhões de unidades. Depois, depende da matéria-prima chinesa para garantir novas remessas. **/COLABORAM ROBERTA JANSEN e EMILY BEHNKE, COM REUTERS**

de confirmou que as doses devem chegar hoje, no fim da tarde. "A carga vinda da Índia será transportada em voo comercial da companhia Emirates ao Ae-

roporto de Guarulhos e, após os trâmites alfândegários, seguirá em aeronave da Azul para o Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio." Não disse, porém,

como e quando será a distribuição de doses pelo País.

O presidente Jair Bolsonaro, nas redes sociais, agradeceu ao chanceler Ernesto Araújo e ao

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Empresários pressionam por vacinas, oferecem ajuda e criticam governo **Impacto:** Neutro

B1 | SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Caminhões elétricos
Ambev vai comprar 1.000 veículos da FNM
Pág. B8

E-commerce na pandemia
Sites de venda de itens estrangeiros ganham espaço
Pág. B10

Ação contra covid-19. Para setor produtivo, é urgente a imunização em massa para tranquilizar a população e acelerar a retomada econômica do País; parlamentares, governadores e o chanceler Ernesto Araújo também foram criticados pela politização do tema

Empresários pressionam por vacinas, oferecem ajuda e criticam governo

Adriana Fernandes / BRASILIA
Fernando Scheller / SAO PAULO

Com dois manifestos publicados em menos de uma semana, o setor empresarial começa a mostrar a cara neste momento de demora da vacinação e agravamento da pandemia da covid-19 no País. Eles cobram do presidente Bolsonaro pressão na imunização, criticam a politização por causa das eleições de 2022, se colocam à disposição para ajudar e pedem ação do governo e do Congresso com medidas para a retomada econômica.

O Estadão ouviu empresários e presidentes das principais confederações do Brasil e num ponto eles são unânimes: é urgente a imunização em massa, com todos os tipos necessários de vacinas, para tranquilizar a população e acelerar a retomada econômica. Além de críticas à situação do governo federal e de seus ministros, sobretudo o chanceler Ernesto Araújo, governadores e parlamentares não escapam da pressão.

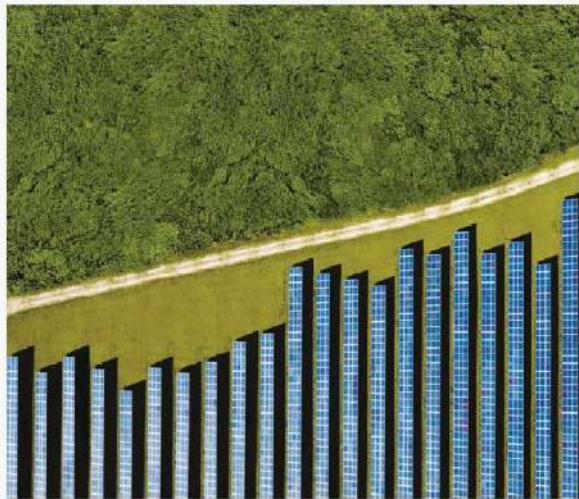
No primeiro manifesto, assinado por 14 entidades, o movimento Coalizão Indústria pede "reformas já" e afirma que a segunda onda da pandemia é mais forte do que se imaginava e ocorre em cenário econômico, social, fiscal e de saúde. No segundo texto, "Prioridades Brasileiras", empresários alertam que os poderes devem fazer política de Estado, e não de governo.

"Entendemos que nada irá acontecer nesse País enquanto a população não estiver vacinada. Até porque muita gente não compreendeu a gravidade: há aglomeração em todo canto e desprezo à máscara", diz o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), José Roberto Tadros. A entidade ofereceu instalações e equipes do Sesc e Senac para ajudar e evitar filas na vacinação. Tadros defendeu ainda a prorrogação do auxílio emergencial por 90 dias.

Já o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nesso, pede que as autoridades deem orientações a serem repassadas aos funcionários. "Quem deve fazer isso é o Ministério da Saúde. Uma cartilha orientadora."

Do movimento Coalizão da Indústria, o empresário José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast) e vice-presidente da Fiesp, diz que a organização em relação à pandemia está ruim e cheia de imprevistos. "Do lado da saúde, não está passando segurança. Do lado da economia, as coisas não andam."

As empresas esperam clareza do governo para evitar que seus recursos não acabem sendo mal utilizados, afirma Pedro Passos, cofundador da gigante dos cosméticos Natura. "Sem a liderança e o chamamento do governo, fica o temor de que essa ajuda seja de pouca valia. O governo tem de dizer o que o empresário deve fazer: é para emprestar caminhão para carregar vacina, treinar gente, contratar consultoria, planejar logística", questiona Passos.



Sustentabilidade gera rentabilidade?

Preocupar-se com questões ambientais, sociais e de governança é reflexo de uma empresa mais bem preparada. Para o mundo e para os negócios.

Historicamente, empresas com boas práticas de sustentabilidade têm melhores resultados no médio e longo prazo.*

O Safra Impacto ASG busca apenas empresas assim, comprometidas com estes três pilares: Ambiental, Social e Governança.

Investir no seu patrimônio e também no mundo. Isso é Safra.



Daqui pra frente,
invista como
um especialista



Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Empresas veem 'improviso' do governo **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021 | Economia | B5

Empresas veem 'improviso' do governo

Falta de clareza em informações já faz empresários se movimentarem para ações pela vacinação sem contar com auxílio do Planalto

Adriana Fernandes / BRASÍLIA
Fernando Scheller / SÃO PAULO

Um executivo presente à reunião entre empresas e membros de três ministérios sobre a vacinação contra a covid-19, na semana passada, disse ter saído "aliviado" do encontro. Na ocasião, o governo garantiu ter o controle da situação, tanto no estoque de vacinas quanto para a entrega dos imunizantes. Após o barulho político e as dificuldades do governo em garantir vacinas, porém, a impressão mudou. Empresários entrevistados pelo 'Estadão' dizem estar dispostos a ajudar a agilizar a vacinação, mas se irritaram com os "improvisos" e cobram clareza da situação para poderem ajudar.

Segundo Pedro Passos, fundador da gigante dos cosméticos Natura, o "empresariado como um todo está atônito porque a desinformação que vem do governo central é muito grande". "A sensação é que há muito improviso. E isso assusta. Temos de vacinar 200 milhões de pessoas. E, como só devemos ter vacina em quantidade em dois meses, se tudo der

certo, teremos de imunizar 1 milhão de pessoas por dia para terminar a vacinação em 2021. É um desafio gigante", afirma.

Segundo empresários da indústria e do comércio ouvidos pela reportagem, depois da reunião com o governo na semana passada, ficou claro que o governo tenta vender a ideia de que a situação da vacina está sob controle quando essa não é a realidade. Por isso, a credibilidade do que o Planalto diz está abalada.

No encontro promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), representantes de três ministérios – o ministro-chefe da Casa Civil, general Braga Netto; o ministro das Comunicações, Fábio Faria; e o secretário-geral do Ministério da Saúde, Elcio Franco – chegaram a dizer que o País teria 500 milhões de doses contratadas. Além disso, dispensaram a oferta do setor privado para adquirir vacinas.

Um dia após a reunião, o governo fracassou em importar 2 milhões de doses da Índia, apesar de ter mobilizado um avião da Azul para esse fim. A previsão é que as doses da vacina da parceria entre Oxford e AstraZeneca comecem a chegar hoje.



Frustração. Azul separou avião para trazer vacinas, mas negociação com Índia emperrou

● **Desafio gigante**
"A sensação é que há muito improviso. E isso assusta. Temos de vacinar 200 milhões de pessoas. É um desafio gigante."

Pedro Passos
FUNDADOR DA NATURA

Após os anúncios e recuos ao longo dos últimos sete dias – que incluíram também novas polêmicas entre poderes e risco de desabastecimento da Coronavac –, parte do setor produtivo quer "ver para crer". "O que adianta colocar minha estrutura à disposição se não há vacina para distribuir?", diz o presidente de uma empresa com 40 mil

funcionários e atuação em todo o Brasil. "Com a quantidade de vacinas que temos, o governo consegue dar conta de distribuir sozinho."

Diante das idas e vindas, e da insistência do governo em pagar o tratamento precoce para a covid-19 – receita comprovadamente ineficaz, segundo cientistas –, há companhias que

preferiram tomar suas próprias medidas sem se associar à administração central. "Estamos tomando algumas ações na 'moita'. Infelizmente, hoje no Brasil é assim", disse o executivo de uma grande indústria.

A disposição das empresas em se mobilizar sem intermediação oficial ficou clara ontem, com o anúncio de que 15 grandes empresas – entre elas Weg, Renner, Magazine Luiza, Mercado Livre, Ambev e Nestlé – se uniram para doar R\$1,6 milhão ao programa Unidos Contra a Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para a criação de uma usina de produção de oxigênio a ser destinada aos hospitais do Estado do Amazonas.

O porta-voz da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) para a covid-19, Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai, reforçou, porém, que os governos lideraram a agenda de saúde pública no mundo todo. "A posição da CNI é que a vacina é uma prioridade absoluta para dar segurança aos indivíduos e para o resgate da normalidade social, econômica e produtiva", afirma. "Tem de ser a prioridade zero do governo federal."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Com pandemia, dobram denúncias contra empresas **Impacto:** Neutro

B6 | Economia | SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Com pandemia, dobram denúncias contra empresas

Segundo dados do Ministério Público do Trabalho, foram 36.771 no ano passado; segundo órgão, alguns setores resistem à prevenção

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

A pandemia de covid-19 praticamente fez dobrar no ano passado a quantidade de denúncias de negligência de empregadores nos cuidados com a saúde dos funcionários, de acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT). Apesar do crescimento de autuações e processos, o órgão ainda aponta muita resistência em alguns setores por medidas que evitem a propagação do novo coronavírus dentro das empresas.

O MPT recebeu 36.771 denúncias relacionadas à covid-19 apenas no ano passado. Desse total, 9.976 resultaram em novos inquéritos e boa parte das de-

mas foi incorporada a processos já abertos contra as mesmas empresas por outras razões. Esses inquéritos levaram a 420 ações civis públicas. Como resultado, 362 Termos de Ajuste de Conduta (TACs) foram firmados com o órgão, que emitiu ainda mais de 13,5 mil recomendações para a correção de pro-

blemas nas firmas.

“A quantidade de denúncias surpreendeu a todos os procuradores. Aumentou muito em relação a 2019, quase dobrou o volume, considerando que continuam chegando demandas que envolvem questões sem relação com a pandemia”, destaca a coordenadora nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do MPT, Márcia Kamei López Aliaga.

● **‘Problema crônico’**
“O Brasil tem um problema crônico em lidar com questões de saúde e segurança do trabalhador. A pandemia intensificou esse problema.”

Márcia Kamei López Aliaga

COORDENADORA DO MPT

Ela lembra a obrigatoriedade de as empresas afastarem os trabalhadores com casos confirmados ou suspeitos de covid-19 para quebrar a cadeia de transmissão dentro do ambiente de trabalho. Segundo a procuradora, a identificação de doenças no trabalho já eram pontos frágeis

dos programas de saúde implementados pelas empresas antes mesmo da pandemia do novo coronavírus.

“O Brasil tem um problema crônico em lidar com questões de saúde e segurança do trabalhador. A pandemia intensificou esse problema e o colocou em evidência. Os setores mais afetados pela covid-19 – serviços de saúde e frigoríficos – já eram setores que tinham muitos acidentes de trabalho antes mesmo da pandemia”, diz Márcia. “São ambientes de trabalho que já eram mal geridos em ter-



Foco. Executiva do MPT aponta que frigoríficos já tinham problemas antes da covid

mos de saúde e segurança, com números significativos de casos de doenças e acidentes relacionados a esses riscos.”

Testes positivos. A coordenadora cita relatórios de órgãos de vigilância municipais que atestam que, mesmo pessoas com testes positivos, continuaram trabalhando normalmente após apresentarem apenas sintomas leves da doença. Nesses casos, até mesmo o prejuízo do empregador costuma ser maior, porque os trabalhadores que não foram afastados prematuramente

espalharam o vírus para muitos outros funcionários, acarretando mais ausências nas linhas de produção.

“Notamos muita dificuldade para promover esse diálogo social. As tentativas de conciliação do MPT cresceram significativamente, mais de 500 procedimentos de mediação em 2020, mas não conseguimos chegar a um nível de entendimento que tivesse repercussão positiva nos números de contágio. Haverá outras pandemias e, por isso, pedimos reflexão às empresas”, afirma ela.

Coronavírus levou quase 40 mil a pedir auxílio-doença

BRASÍLIA

Quase 40 mil trabalhadores formais precisaram se ausentar por mais de 15 dias do serviço por causa dos efeitos mais graves da covid-19 em 2020. De acordo com a Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, 39.532 pessoas receberam o auxílio-doença entre abril e dezembro do ano passado.

Os meses de julho e agosto registraram o maior volume de trabalhadores que precisaram receber o benefício do INSS após contraírem o novo coronavírus, com 8.415 e 7.131, respectivamente. No mês passado, foram 3.064 entradas no auxílio-doença por causa da covid-19.

Os cerca de 40 mil trabalhadores que receberam o auxílio no ano passado são apenas uma fração daqueles afetados pela doen-

ça, que causou 194.949 óbitos e infectou mais de 7,6 milhões de pessoas no Brasil em 2020. Isso porque a conta mostra apenas os funcionários afastados do serviço por mais de 15 dias. Mas, por se tratar de um vírus de rápida propagação, a recomendação é o afastamento de todos os trabalhadores, mesmo daqueles com um quadro leve de sintomas, por pelo menos 14 dias.

O Ministério da Economia

ainda não tem os dados atualizados de todos os pedidos de auxílio-doença em 2020 (faltam os números de dezembro), mas é possível verificar também uma redução nos pedidos relacionados a acidentes de trabalho, em decorrência do aumento do home office, na comparação com os mesmos meses de 2019.

Têm direito ao benefício os trabalhadores com carteira assinada que estejam incapacita-

dos de realizar o serviço habitual por mais de 15 dias consecutivos. O valor mensal do auxílio-doença é de 91% do chamado salário de benefício – que seria o valor da aposentadoria do trabalhador, calculado pela média dos melhores salários com os quais ele já contribuiu para o INSS.

Como o auxílio-doença começa a ser pago pelo INSS a partir do 16.º dia de afastamento, cabe-

ria às empresas bancarem o salário integral dos funcionários nas primeiras duas semanas de afastamento por covid-19. No entanto, a lei que criou o auxílio emergencial em abril autorizou as firmas a descontarem esses valores da contribuição mensal ao INSS, aliviando um pouco esse custo ao setor produtivo.

Com o fim do decreto de calamidade em 31 de dezembro, porém, as empresas voltam a ter de arcar com o custo integral dos trabalhadores afastados por covid-19 nos primeiros 15 dias./ E.R.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: TCU cobra crédito dado a bancos públicos **Impacto:** Neutro

TCU cobra crédito dado a bancos públicos

Corte de Contas quer que Economia entregue cronograma de devolução à União de empréstimos do Tesouro às instituições financeiras

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou um prazo de 60 dias para a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, entregar um cronograma detalhado de devolução ao caixa da União dos empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional aos bancos públicos por meio de emissão de títulos da dívida a partir de 2008. A devolução envolve também os aportes feitos nas instituições por meio de um instrumento híbrido de capital e dívida, chamado de IHCD.

O dinheiro devolvido terá de ser usado para a redução da dívida pública e dos subsídios creditícios bancados pelo Tesouro. Essas operações foram feitas durante os governos do PT para aumentar a capacidade de oferta de financiamento dos bancos públicos. Elas chegaram a somar R\$ 464 bilhões, sendo que o maior beneficiado foi o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A partir de 2015, começou o processo de devolução, principalmente nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro com a antecipação do pagamento dos empréstimos, principalmente do BNDES. Para 2021, como mostrou o *Estadão/Broadcast* no ano passado, o Ministério da Economia quer antecipação de R\$ 100 bilhões.

O assunto foi discutido ontem em reunião de Guedes com o comando do BNDES e da Caixa. O ministro tem interesse nessa antecipação para ajudar na redução da dívida pública depois de os gastos com a pandemia da covid-19 terem colocado a trajetória do endividamento em rota de aceleração para os próximos anos, mesmo com o efeito de crescimento das despesas acima da inflação.

Cronograma. Para técnicos do TCU, a definição do cronograma é tardia, embora importante. A Corte de Contas, que já declarou a irregularidade do aporte desses recursos nos bancos públicos, recomendou em outras ocasiões a fixação do cronograma, mas até agora não houve uma definição nesse sentido. Por isso, a determinação.

O fluxo anual do pagamento dos empréstimos pelo BNDES era de R\$ 26 bilhões e hoje, após devoluções antecipadas, está em cerca de R\$ 15 bilhões. Sem um calendário mais célere, os pagamentos do banco ao Tesouro podem se estender até 2041.

O Ministério da Economia se recusou a informar o volume to-

LEILÃO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

ESTAS E DIVERSAS OUTRAS OPORTUNIDADES

NESTE SÁBADO, 23/01, ÀS 9h15. SOMENTE ONLINE.



LAND ROVER EVOQUE PURE P6D 15/15



MITSUBISHI ASX 2.0 4WD 13/15



HONDA CB250F TWISTER ABS 20/20



HONDA CIVIC LXS 12/13



FORD KA SE 1.0 HA B 15/17



PEUGEOT 408 GRIFFÉ THP 13/14

ACESSE:
WWW.SODRESANTORO.COM.BR



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

tal de recursos que terá de ser devolvido por meio de um cronograma. O Estadão apurou que só no BNDES há R\$ 158 bilhões em empréstimos diretos e mais R\$ 35 bilhões de IHCD.

No caso da Caixa, a instituição repassou ao Tesouro no ano passado R\$ 10,35 bilhões em IHCDs que haviam sido aportados no banco, cerca de 25% do total desses instrumentos, que somavam R\$ 40 bilhões.

Balanco
R\$ 464 bi
é a quanto chegaram essas operações feitas durante os governos do PT; o maior beneficiado dos empréstimos foi BNDES

Fontes do governo informaram que o Ministério da Economia terá de avaliar a segurança jurídica da devolução e o impacto na relação entre o capital e o patrimônio de referência dos bancos, o que pode afetar os desembolsos. Uma devolução muito brusca dos recursos poderia comprometer a capacidade das instituições de continuar fornecendo crédito.

Oficialmente, a pasta informou que a decisão do TCU foi tomada na sessão plenária ocorrida na quarta-feira e que a Corte de Contas ainda adotará as providências de envio formal do acórdão. Segundo o ministério, o prazo de 60 dias para a elaboração do cronograma será contado a partir da data em que o órgão for formalmente notificado pelo TCU.

Tributária deve sair este ano, diz Bolsonaro

Anne Warth
Emilly Bolnik
Daniel Galvão | BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo buscará fazer a reforma tributária "no corrente ano" e negou que o objetivo seja aumentar impostos. Segundo o presidente, se a reforma provocar aumento de tributos é "melhor deixar como está".

A reforma tributária é uma das apostas do governo para a retomada da economia após a pandemia da covid-19. Bolsonaro disse que hoje as empresas "gastam muito tempo e gastam muito dinheiro" com os cálculos de prestações de contas e, por isso, a ideia do governo é "simplificar" o sistema.

"Vamos, se Deus quiser, fazer a reforma tributária no corrente ano. É o que eu falei com o Paulo Guedes? Eu não sou economista, mas fazer as quatro operações a gente sabe fazer. No final das contas, não podemos ter majoração da carga tributária, senão deixa como está", disse.

Ontem, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato apoiado pelo Planalto na disputa pela presidência do Senado, reconheceu que há discussões sobre a criação de um novo imposto nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas afirmou que somente apoiará a iniciativa se houver medidas compensatórias, como a desoneração da folha salarial.

Conforme o Estadão revelou, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende reapresentar a proposta do novo imposto se o deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato à presidência da Câmara, vencer a eleição de fevereiro.

Bolsonaro disse ainda que é importante ter uma boa relação com o Congresso para que projetos de interesse do governo sejam pautados. Ele reclamou do fato de que uma medida provisória de regularização fundiária ter caducado e prometeu reapresentá-la neste ano.

"Hoje em dia estamos tendo um bom relacionamento com Câmara e com o Senado", disse Bolsonaro, sem mencionar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), seu desafeto político.



Prazo. TCU deu 60 dias para entrega do cronograma

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 22/01/21 - Cidade/UF: DF

Título: Com pandemia, sites de venda de produtos estrangeiros ganham espaço Impacto: Neutro

B10 | Economia | SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Compras. Sem viagens internacionais, brasileiro foi em busca de preços mais baixos em sites como AliExpress e Americanas Mundo; conhecido como 'e-commerce cross border', segmento investe para reduzir prazo de entrega e oferecer parcelamento ao consumidor

Com pandemia, sites de venda de produtos estrangeiros ganham espaço

Márcia De Chiara

Privados das viagens internacionais e em busca de preços baixos, os brasileiros durante a pandemia foram com forte apetite às compras pela internet de produtos estrangeiros. O maior interesse por esse segmento, conhecido como e-commerce cross border, obrigou empresas tanto nacionais quanto internacionais a investir pesado. Primeiro, para reduzir o prazo de entrega, mas também para oferecer condições de venda mais adequadas ao gosto do consumidor, como parcelamento, frete grátis e até devolução da compra sem ônus.

A Americanas Mundo, braço de cross border da Americanas.com, única grande empresa nacional que atua nesse segmento, fechou acordo com três transportadoras para cortar pela metade o prazo de entrega de importados de oito países. Antes da parceria, explica Raoni Lapagesse, diretor de Relações Institucionais da B2W, o prazo girava em torno de 40 dias úteis e agora é de, no máximo, 21 dias úteis. O frete é grátis para todos os produtos.

O executivo não revela qual é a fatia do cross border dentro do e-commerce da empresa nem os investimentos. Mas diz que é "um negócio que vem crescendo rápido". Lançada em março de 2019, a Americanas Mundo reúne 20 milhões de itens e 200 vendedores internacionais. No terceiro trimestre de 2020, as vendas de cross border cresceram 200% ante igual período de 2019, enquanto o marketplace que vende itens na-



Prazo menor. Americanas Mundo fechou acordo com três transportadoras internacionais

cionais, avançou 60%. "É uma nova frente que dá certo e tem potencial", diz.

A forte aceleração de vendas no Brasil durante 2020 foi sentida também pelo AliExpress, do grupo chinês Alibaba, o maior e-commerce cross border do mundo. Há 11 anos no País, o site tem 2,5 bilhões de produtos listados, fornecidos por 8,7 milhões de fabricantes chineses.

Com a pandemia, itens relacionados com conforto da casa ampliaram vendas em mais de 130% e os ligados ao teletrabalho, como webcams, registraram avanço de 3.800%. "Em datas promocionais como Black Friday, dobramos as vendas e outros players também", diz Yan Di, diretor geral do AliExpress Brasil. O executivo compara essa aceleração de vendas no Brasil em 2020 à pandemia de SARS na China em 2008 e diz que a mudança veio para ficar, mesmo com a vacina.

De olho nesse potencial, a partir do segundo semestre de 2020 o AliExpress freta quatro voos semanais da China para o Brasil. Com isso, reduziu o prazo de entrega para, no máximo, 30 dias corridos e, em alguns casos, chega a sete dias. O frete grátis, que valia para compras de no mínimo US\$ 30, foi reduzido para US\$ 15.

Eduardo Terra, presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, diz que o prazo de entrega é o ponto frágil do e-

commerce cross border. Pesquisa da entidade mostra que 48% dos brasileiros esperavam mais de 60 dias para receber o produto e que a grande maioria (71%) achava aceitável receber em, no máximo, 30 dias.

Segundo Terra, o e-commerce cross border tinha espaço menor por conta do prazo longo de entrega e do desconhecimento do consumidor. "De um ano para cá, esses dois obstáculos começaram a cair." Além disso, houve avanço do cross border por meio de redes sociais.

Lacunas. Diante do potencial, os marketplaces buscaram saídas para tornar a venda mais "amigável". "Verificamos todos os 'gaps'", diz Lapagesse. A companhia iniciou o parcelamento em 12 vezes sem acréscimo da compra em reais. Uma vantagem, apontada pelo executivo, é que a empresa tem uma marca nacional forte o que dei-

DE FORA

● O que atrai e afasta o brasileiro das compras em sites estrangeiros

Fatores que impulsionam a compra

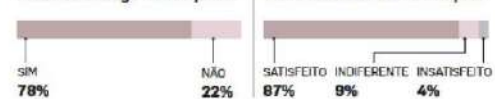


Pós compra

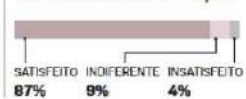
Qual o prazo aceitável de espera?



Prazo de entrega foi cumprido?



Ficou satisfeito com a compra?



FONTE: PESQUISA SOBRE O CONSUMIDOR BRASILEIRO E AS SUAS COMPRAS NO E-COMMERCE CROSS BORDER, REALIZADA EM MARÇO DE 2019 PELA SINAC E FERRAS, PESQUISA DE MERCADO

● **Fôlego**
200%
foi a expansão do 'cross border' da Americanas no 3º tri de 2020

60%
foi a alta do marketplace nacional, no mesmo período

xa o consumidor mais seguro em relação à aplicação do Código de Defesa do Consumidor, se houver problemas.

Nessa direção o AliExpress abriu uma central que atende o consumidor com profissionais falando português e passou a oferecer devolução grátis da compra por qualquer motivo.

A estratégia desses market-

places tem endereço certo: conquistar uma fatia maior de um mercado que movimentou em 2018 - o último dado disponível - US\$ 2,2 bilhões ou 23% da venda total do e-commerce.

Procurados, Magalu e Via Varejo, dois importantes marketplaces nacionais e que não têm cross border, não quiseram se manifestar sobre o tema.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 22/01/21 - Cidade/UF: DF

Título: Governo baixará tom no 5G para agilizar entrega de insumos de vacina da China Impacto: Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021 A13

mercado

Governo baixará tom no 5G para agilizar entrega de insumos de vacina da China

Durante trégua, Anatel deve definir regras do leilão, e ministro visitará fornecedores da rede

Julio Wiziack

BRASÍLIA. O governo Jair Bolsonaro irá adotar um tom mais amigável em relação à participação da chinesa Huawei na tecnologia 5G. A intenção é agilizar a importação da China de insumos para vacinas contra a Covid-19.

Os imunizantes serão produzidos no Brasil pelo Instituto Butantan, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, e pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), em acordo com a Universidade de Oxford e o laboratório AstraZeneca.

Nos dois casos, os insumos sairão da China, com quem o governo Bolsonaro mantém uma relação conflituosa. A entrega dos produtos está atrasada e tem afetado o cronograma de produção das vacinas.

A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. Porém, o país asiático é atacado pela ala ideológica do governo em alinhamento com o ex-presidente dos EUA Donald Trump. Joe Biden assumiu na quarta (20) a Casa Branca.

Assessores no Planalto afirmam que, por enquanto, o governo vai baixar o tom dos ataques, embora haja desconforto no embate travado via redes sociais entre o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o embaixador Yang Wanming.

Durante essa trégua, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) deverá decidir as regras do leilão do 5G. O certo será o maior da história pelo volume de licenças e está previsto para o fim de junho.

Ao mesmo tempo, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, concluirá uma visita a todos os fornecedores globais de equipamentos. Definição das regras e viagem do ministro devem ocorrer em duas semanas.

Embora somente as operadoras participem do leilão, elas terão de contratar a compra de equipamentos para montar as redes 5G. A Huawei é hoje a líder em contratos com os países que lançaram o novo serviço.

A viagem oficial do ministro deverá passar pela Finlândia (sede da Nokia), pela Suécia (Ericsson), pela Coreia do Sul (Samsung) e pela China (Huawei e ZTE). Faria deverá conversar com todos os presidentes globais dessas empresas antes de decidir se haverá motivos para algum tipo de restrição à Huawei.

O ministro também quer

saber, ainda segundo assessores, se haverá condições de fornecimento de equipamentos pelos concorrentes caso a Huawei saia do jogo.

Até o momento, não há nenhuma evidência de que os equipamentos da gigante chinesa firam as regras de segurança cibernética definidas pela legislação brasileira.

As operadoras já disseram ao ministro que a Huawei está há mais de duas décadas no país. Hoje, a participação da chinesa nas redes é de 45% em uma das redes.

Executivos disseram ainda que a Huawei fornece equipamentos para a Receita Federal, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Eles destacam que nunca houve um único caso de roubo de dados ou ataque cibernético.

Embora pareça que as teles defendam a Huawei, no fundo elas querem proteger o legado das redes já instaladas.

As empresas não querem ser forçadas a terem de trocar equipamentos ou serem obrigadas a adquirir aparelhos 5G mais caros e menos potentes. Para elas, a solução da Huawei é muito mais vantajosa.

Mesmo assim, na missão ao exterior, a equipe das Comunicações pretende se certificar de que não há riscos de segurança no aparato oferecido pela companhia chinesa.

De qualquer forma, Bolsonaro já tem em mãos um rascunho da minuta de um decreto que baixará normas com as condições para empresas que atuam com telecomunicações e a guarda de dados sigilosos.

Nenhuma operadora poderá contratar serviços ou equipamentos de fornecedores

que não respeitem as regras de proteção de dados.

Haverá outras exigências às empresas fornecedoras como ter ações negociadas na B3 (a Bolsa brasileira) ou em Bolsa de relevância internacional (como a Nova York) e veto a qualquer tipo de filiação político-partidária pelos acionistas controladores.

Caso sejam implementadas por Bolsonaro, essas regras serão impostas para as novas redes 5G (stand-alone), e não para as redes atuais (3G e 4G).

A restrição também não valerá para o serviço 5G que for prestado por meio do aproveitamento das redes atuais (com equipamentos de 5G nelas instalados).

Na avaliação de integrantes do governo, essa medida não deverá ser suficiente para barrar a Huawei, que virou alvo da disputa comercial entre EUA e China.

Embora Biden tenha mantido a disputa com a China como lema de campanha, a expectativa é que o lobby dos EUA mude de forma com os demais países que se preparam para o lançamento do 5G.

A equipe de Trump exigia que a gigante chinesa fosse banida do 5G sob pena de que projetos em conjunto com o Brasil fossem desfeitos por questões de segurança.

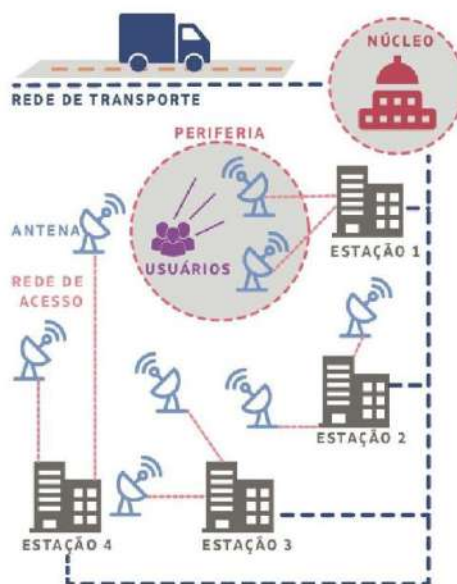
Sem apresentar nem sequer evidências, o embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, chegou a tentar marcar reunião com as operadoras para atacar os chineses — o que foi considerado pelas empresas uma afronta à soberania nacional. A reunião nunca ocorreu.

Faria quer resolver essa questão o mais rápido possível e diz a interlocutores que a solução será técnica. No entanto, reforça que caberá a Bolsonaro dar a palavra final. O edital com as regras do leilão deverá ser votado pelo conselho da Anatel até meados de fevereiro.

A área técnica da agência deverá então calcular o preço dos lances dos blocos serem vendidos, e esse material será enviado para a análise do TCU (Tribunal de Contas da União), que tem prazo de até 150 dias para o julgamento.

Em conversas com os ministros do TCU, Faria conseguiu que um grupo de trabalho do tribunal acelerasse a análise para algo em torno de 50 dias, única forma de permitir que o leilão ocorra ainda no primeiro semestre.

A arquitetura da rede 5G



Rede de transporte

São os cabos (fibras ópticas) de alta capacidade de tráfego de dados que acompanham o trajeto das estradas sob o solo, em geral, até chegarem a uma central na sede de cada município. Essas redes são interligadas entre si, permitindo que, a partir de um local, a operadora possa ter acesso a funcionalidade de toda sua rede em território nacional.



Central

É um prédio protegido que abriga todos os equipamentos mais sensíveis de conexão no município. Cidades muito grandes costumam ter mais de uma central. É o chamado núcleo da rede. Ali ficam computadores, comutadores, roteadores e demais equipamentos que fazem as conexões.



Estação

Prédios menores ligados às centrais por fibras ópticas que ficam espalhados pelos bairros de determinado município. Essa estrutura (dotada de equipamentos similares aos da central mas de menor porte) se conecta às antenas de celular, uma estrutura conhecida no setor como rede de acesso ou periferia.



Antena

No topo de cada antena, as operadoras instalam os equipamentos que recebem e emitem os sinais de telefonia de todas as tecnologias (2G, 3G e 4G).



Usuários

Sempre que se desloca pela cidade com seu aparelho, o cliente vai sendo transferido de uma antena para outra. A troca de sinal entre seu aparelho e a antena não pode cair durante a transição.

Fontes: empresas, Anatel e Ministério das Comunicações

FACULDADE
FIEPECAFI

Temor com situação fiscal afeta mercado, e Bolsa zera os ganhos do ano

SÃO PAULO. Uma nova onda de aversão ao risco com a renovação de preocupações fiscais afetou o mercado brasileiro nesta quinta (21), e a Bolsa zerou os ganhos acumulados em 2021.

O dólar subiu 0,99%, para R\$ 5,3630, maior valor desde o dia 11, e o Ibovespa cedeu 1,10%, para 118.328,99 pontos. Agora, o índice acumula queda de 0,58% no ano.

Desde a máxima de fechamento, de 125.076,63 pontos, registrada no 8, o Ibovespa recua 5,4% — foram seis baixas em nove pregões.

Declarações dadas à Folha por Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato à presidência do Senado apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro, contribuíram para o viés negativo.

Ele disse que haverá discussão sobre nova ajuda a famílias na primeira semana do novo comando do Congresso e que será preciso sacrifício de premissas econômicas para manter o socorro às famílias.

Mais tarde, Pacheco tentou, sem sucesso, acalmar os ânimos de investidores em entrevistas posteriores. A agência Reuters se afirmou que em primeiro lugar é preciso ter responsabilidade fiscal e obediência ao teto de gastos e que apenas em último caso se pode rompê-lo para ajudar pessoas na pandemia.

O agravamento da crise sanitária em meio à percepção de desorganização no governo tem tido efeitos sobre a popularidade de Bolsonaro e, por sua vez, alimentado temores no mercado de criação de mais despesas — o que ameaçaria o teto de gastos, visto pelo mercado como âncora fiscal do país.

Em Nova York, os índices S&P 500 e Nasdaq encerraram em máximas recordes na sessão, impulsionados pelo otimismo com a perspectiva de mais alívios financeiros no governo Joe Biden e por resultados corporativos melhores do que o esperado. Júlia Moura Com Reuters

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021 **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2021 **A15**

mercado

Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021

Maior parte tem caráter automático e é concedida sem nenhuma avaliação de desempenho ou mérito

Thiago Resende
e Bernardo Caram

BRÁSILIA Enquanto busca recursos para bancar programas sociais e o enfrentamento à pandemia, o governo federal já reservou uma conta adicional de R\$ 500 milhões em 2021 para o pagamento de progressões de carreira de servidores públicos.

A maior parte tem caráter automático e é concedida sem nenhuma avaliação de desempenho ou mérito. Neste ano, serão aproximadamente 170 mil beneficiados. Isso significa que um a cada quatro servidores do Executivo federal receberá algum tipo de promoção ou progressão de carreira.

O número mostra apenas uma fatia do custo total aos cofres públicos, já que as progressões também são comuns nos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como nos estados e nos municípios.

O custo, portanto, é mais elevado se forem considerados o avanço na carreira para os demais Poderes e entes da Federação.

O Ministério da Economia tenta impedir esses aumentos salariais quase que auto-

máticos para novos servidores. Porém, a proposta que trata do assunto não deu sinal de avanço no Congresso.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro do ano passado, mas segue sem previsão de análise.

O texto proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de

serviço. A norma valerá apenas para novos servidores, preservando todos aqueles que estiverem na ativa no momento da aprovação da medida.

Além disso, na segunda fase da reforma, o governo pretende regulamentar a avaliação de desempenho. O objetivo é estabelecer regras e critérios de análise de mérito para que os servidores sejam promovidos.

Desde o início da gestão Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) adotou uma política de enxugamento da máquina pública.

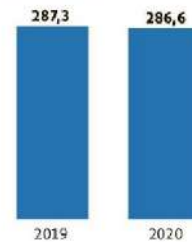
Mesmo sem aprovação de reforma, o governo derrubou as taxas de reposição de servidores que se aposentam. Ou seja, são convocados menos servidores do que aqueles que entram em inatividade.

Em 2020, para cada 100 pessoas que deixaram a ativa no serviço público federal, o governo contratou apenas 26. O índice é o menor dos últimos anos.

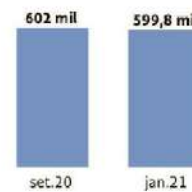
Com o enxugamento, o quadro de servidores federais retraiu para o menor patamar em anos. Pela primeira vez desde 2012, o número de profissionais ativos ficou abaixo de 600 mil

Equipe econômica consegue reduzir números de servidores, mas gastos ainda pressionam teto

Despesas com pessoal do Executivo federal até novembro, em R\$ bi



Número de funcionários públicos ativos



Projeções do Orçamento de 2021

- R\$ 338,4 bi**
Gasto com pessoal
- 170 mil**
promoções e progressões de servidores
- R\$ 500 mi**
é a despesa estimada com o avanço de servidores na carreira
- R\$ 20 bi**
é o corte estimado em despesas do Orçamento para cumprir o teto de gastos

Fonte: Ministério da Economia

—está agora em 599,8 mil.

Em uma vitória de Guedes, o governo também conseguiu congelar o salário de servidores da União, estados e municípios até o fim deste ano. A medida foi incluída no pacote de ajuda aos estados durante a pandemia.

Diante da crise causada pela pandemia da Covid-19, que reduziu a renda de milhões de trabalhadores da iniciativa privada e deixou cerca de 5 milhões desempregados entre abril e outubro, Guedes propôs ao Congresso que os salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais fossem congelados, assim como as progressões e promoções nas carreiras.

Por pressão política, o Congresso deixou a brecha para que a ascensão nas carreiras ainda fosse permitida. O lobby do funcionalismo é um dos mais fortes entre deputados e senadores.

Apesar dos salários congelados, as progressões automáticas continuam a ser concedidas normalmente. O Ministério da Economia argumenta que os benefícios estão previstos em leis específicas e não podem ser eliminados.

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que nem todo servidor progride na carreira automaticamente. Segundo ele, a categoria está aberta a discutir aprimoramentos nos sistemas de avaliação.

"O grosso do serviço público tem progressões por tempo de serviço, mas tem progressão por mérito, os servidores são submetidos a avaliações. Não somos contra o aprimoramento dessas regras, queremos discuti-las", disse.

A alta de despesas como as de progressões pressiona o

teto de gastos, que já apresenta risco de rompimento. A regra limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O gasto com pessoal para 2021 deve ficar próximo de R\$ 320 bilhões, segundo dados do projeto de Orçamento. A proposta ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Apesar de proporcionalmente baixo, o aumento da despesa por causa das progressões e promoções de servidores acaba tendo impacto nos cofres públicos.

Para ter uma ideia, a equipe de Guedes busca uma forma de cortar ou revisar despesas ainda neste ano em uma faixa entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

A medida é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos —principal âncora fiscal do país, na avaliação de Guedes.

Desde o ano passado, a equipe econômica e congressistas buscam uma fonte de recursos para ampliar o Bolsa Família, criando um novo programa social. Divergências entre o governo e o Congresso travaram as discussões.

O time de Guedes defende a fusão de programas existentes para criar o novo benefício. A ideia já foi alvo de veto de Bolsonaro.

Após críticas, também foi engavetada a ideia de financiar o programa após uma limitação dos pagamentos de precatórios —dívidas do governo reconhecidas na Justiça.

Enquanto isso, a falta de articulação política do governo impediu o avanço de medidas para economizar recursos e abrir espaço no Orçamento, como a reforma administrativa e a PEC Emergencial, que prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em momentos de aperto financeiro.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: País mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez, diz Arminio **Impacto:** Neutro

País mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez, diz Arminio

Para ex-presidente do BC, situação fiscal ruim cria quadro político favorável para reintroduzir calamidade pública e volta do benefício

Júlia Moura

SÃO PAULO O auxílio emergencial, que acabou ao fim de 2020, deveria ter tido um fim mais paulatino, na opinião de Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos.

“Um país mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez. É meio como uma cortisona na medicina. Você deu uma dose enorme, e talvez até exagerada. No entanto, agora, a falta de espaço fiscal e de credibilidade cria um constrangimento para que se reintroduza o estado de calamidade em 2021”, disse, em evento da Fitch nesta quinta (21).

O pagamento mensal à população foi criado em abril e custeado com dívida do Tesouro com valor inicial de R\$ 600 (mães solteiras recebiam o dobro). A partir de setembro, o valor caiu para R\$ 300.

Fraga diz ver o quadro político favorável a mais auxílios e uma reação oposta do mercado.

“A minha expectativa é que o governo seja reativo. Se os problemas se mostrarem mais graves, pode ser que se aprove algum coisa na ponta da faca, no medo”, disse.



“

Um país mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez. É meio como uma cortisona na medicina. Você deu uma dose enorme, e talvez até exagerada

Arminio Fraga
ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos

O economista afirma acreditar em uma vitória contra o vírus em 2021, mas, em sua avaliação, os demais desafios que o país enfrenta irão persistir em 2022.

“Ficou muito claro desde o início da pandemia que a saída econômica dependeria da saída sanitária, que parece estar prejudicada pela logística e pela falta de entusiasmo.”

No campo econômico, ele critica a falta de reformas. “Mesmo as expectativas modestas de aprovação de uma PEC [proposta de emenda à Constituição] Emergencial, alguma coisa que ancorasse o lado fiscal, não aconteceram.”

Dentre as reformas para equilibrar as contas públicas, ele vê chances para a aprovação da tributária, com uma união de PIS e Cofins.

“Vejo pouco espaço de uma reforma administrativa, do Estado, ela não tem apoio nenhum do topo. É uma pena, seria um passo crucial.”

Com o elevado risco fiscal, Fraga vê os investimentos no Brasil pressionados.

“O setor público está bastante inchado, e não sobra espaço no Orçamento de 2021 para investir, e isso tem um impacto enorme na capacidade

de do país de crescer. Menos que 1% do PIB é muito pouco.”

O Orçamento de 2020 previa 0,3% do PIB (R\$ 22,4 bilhões) para investimentos, menos da metade do gasto realizado em 2019. Em valores corrigidos pela inflação, é a menor verba desde 2004, quando foram investidos R\$ 20,8 bilhões.

Fraga aponta que a maior parte dos investimentos no país teria que vir do setor privado, como costuma ser a regra. Esse número, porém, também é baixo, segundo o economista.

Em 2019, a taxa de investimento no país foi de 15,4% do PIB, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

“A [saída da] Ford foi um extra para quem não tinha percebido que o país está parado.”

Segundo Fraga, porém, o contexto mundial é favorável ao Brasil, com o preço de matérias-primas em alta.

“Vejo com bons olhos a derrota do [ex-presidente dos EUA Donald] Trump. Ele estava levando os Estados Unidos para um lugar complicado. A conjuntura internacional para o Brasil hoje é muito boa, mas não estamos em condições de aproveitar.”

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** RJ

Título: Problema na vacinação e alta de casos exigem novas políticas de ajuda, afirmam economistas **Impacto:** Neutro

Problemas na vacinação e alta de casos exigem novas políticas de ajuda, afirmam economistas

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO A possibilidade de a pandemia ser pior em 2021 do que em 2020, conforme disse o presidente do Instituto do Butantan, Dimas Covas, vai atrapalhar o ritmo de recuperação econômica e exigir que o governo implemente novas políticas de auxílio à população e às empresas, segundo economistas.

Os problemas no cronograma de vacinação também comprometem a retomada econômica e afetam sobretudo o setor de serviços, mais dependente de dinâmicas que envolvem contato social do que comércio e indústria.

Na avaliação da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro, no entanto, o atual cenário ainda não demanda o retorno de medidas como o auxílio emergencial, embora veja com preocupação o aumento de casos de Covid-19.

Para especialistas ouvidos pela Folha, os setores mais afetados pela crise sanitária no ano passado, como bares, restaurantes e transportes, devem ser novamente os principais prejudicados por um recrudescimento da pandemia.

Nesse cenário, medidas mais restritivas à circulação seriam adotadas, como redução do tempo de abertura do comércio, o que poderia derrubar a retomada vista nos últimos meses.

Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre, vê com preocupação a possibilidade de São Paulo voltar a adotar medidas mais restritivas de circulação e funcionamento de empresas, como aventado por Covas, do Butantan.

O baque poderia ser maior do que o visto no ano passado dada a ausência do auxílio emergencial — o saque das parcelas residuais do benefício terminam neste mês — e a reação ainda lenta do mercado de trabalho.

Principais medidas tomadas durante a pandemia em 2020

Recursos demandados, em R\$ bi



Fontes: Ministério da Economia e Caixa

+
ESTRANGEIRO ESTÁ CÉTICO COM RUMOS DO BRASIL, DIZ ESTRATEGISTA DO DEUTSCHE
O investidor estrangeiro continua "muito reticente" com o Brasil, e não há a curto prazo perspectiva de retorno consistente de fluxos externos, disse Drausio Giacomelli, estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, destacando o peso das eleições no Congresso para as já fragilizadas perspectivas fiscais. "O posicionamento em Bolsa está em níveis mais baixos, perto de mínimas históricas, as entradas são táticas, não são estruturais."

"Teríamos uma quantidade grande de pessoas sem renda. O governo teria que ver se tem espaço no Orçamento para fazer algum outro tipo de auxílio", avalia Tobler.

Para ele, a volta para uma fase mais restritiva de distanciamento em todo o país seria um obstáculo para a recuperação da economia e, em especial, ao mercado de trabalho — desde o início da pandemia, a retomada da atividade esteve atrelada à flexibilização dessas medidas.

O segmento de serviços prestados às famílias, como alimentação fora de casa, segue 34,2% abaixo do nível pré-pandemia, embora tenha crescido 98,8% desde maio.

Outro setor afetado pela redução na circulação de pessoas, os transportes ainda estão 5,4% abaixo do patamar de fevereiro, apesar do ganho de 26,7% de maio a novembro.

Por outro lado, comércio e indústria foram menos impactados pela pandemia graças ao poder de compra ampliado pelo auxílio emergencial.

Thiago de Moraes Moreira, do Ibmec, também condiciona a retomada da economia ao controle da pandemia. Sem isso, em sua avaliação, toda projeção de recuperação, principalmente do setor de serviços, fica comprometida.

Por isso, o economista vê com preocupação os proble-

mas enfrentados pelo Brasil para promover a vacinação da população, como falta de insumos para produção e atritos diplomáticos com países fornecedores desses materiais.

"Isso é mais um episódio da nossa falta de planejamento."

O atraso na vacinação da população vai prejudicar sobretudo os segmentos de serviços que vinham se recuperando, como alimentação e alojamento, avalia.

"A economia dependeu do auxílio em 2020. Com atrasos significativos na disponibilização da vacina, vamos mais uma vez depender dessas políticas de transferência [de renda], que amenizam [o impacto da Covid-19] no aspecto econômico", diz.

Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção), defende a vacinação em massa dos brasileiros como caminho para a retomada econômica.

"O comércio ficou parado 90 dias, funcionando só atividades essenciais. Se isso vier a ocorrer novamente, os governos vão ter que atuar de novo para minimizar os impactos."

Ele defende que o governo considere voltar com medidas de flexibilização de jornada e salário, pagamento antecipado de 13^o e abono salarial, além de não aumentar a carga tributária das empresas.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal **Impacto:** Neutro

< Continuu de 1

Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal

Candidatos a liderar Congresso defendem volta da ajuda emergencial

JOÃO SORIMA NETO, JULIA LINDNER E EDUARDO BRESCIANI economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA Colaboraram Gustavo Maia e Victor Farias

O temor do aumento dos gastos públicos, em um quadro de fragilidade fiscal do país, abalou o mercado financeiro, levando a Bolsa brasileira a zerar seus ganhos no ano. Os candidatos à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PPAL), ambos apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro, fala-



Congresso Nacional. Declarações dos candidatos à presidência das duas casas alimentaram preocupação com o quadro fiscal do país

ram sobre uma possível volta do auxílio emergencial. O dólar comercial, que havia aberto em queda, encerrou com valorização de 0,95%, a R\$ 5,36. Já o Ibovespa caiu 1,10%, aos 118.328 pontos, e agora acumula perda de 0,57% em 2021.

— Vamos ter que sacrificar algumas premissas econômicas para poder manter alguma forma de socorro a essas pessoas (mais pobres) — disse Pacheco à Bloomberg. — O teto de gastos foi uma medida importante, ele deve ser observado, mas vivemos estado de necessidade absolutamente excepcional, com pessoas morrendo e desempregadas, então é preciso que o Estado as socorra.

Em entrevista ao GLOBO, o senador também defendeu a prorrogação do auxílio:

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal

—O primeiro passo que nós temo sé o Senado, a Câmara, junto com o Ministério da Economia, encontrar um aforma de compatibilizar a responsabilidade fiscal coma necessidade da assistência social a essas pessoas, seja com uma modalidade de auxílio emergencial como essa ou assemelhada, seja com incremento do Bolsa Família, mas, quanto mais possível, respeitando a responsabilidade fiscal —disse. — É matematicamente difícil, mas vamos buscar uma solução. Vou trabalhar pela manutenção do teto, amenos que seja a última hipótese.

Lira, por sua vez, afirmou que um novo programa seria desenhado “de forma que o mercado possa suportar”:

“Vamos ter que sacrificar algumas premissas econômicas para

poder manter alguma forma de socorro a essas pessoas”

—

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato à presidência do Senado, referindo-se a uma possível retomada do auxílio emergencial

— O auxílio emergencial precisa acontecer de uma forma que o mercado possa suportar — disse Lira, ao responder a uma pergunta em evento da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na capital paulista, segundo informações do jornal Valor Econômico.

Após a reação do mercado, Lira foi às redes sociais para afirmar que defende as regras fiscais. “Qualquer discussão sobre eventual auxílio emergencial adicional deve ser feita de forma responsável e acompanhada do aprofundamento de reformas que viabilizem a consistência fiscal de médio e longo prazos no Brasil”, escreveu o deputado.

Para o chefe de renda variável da Valor Investimentos, Pedro Lang, os discursos dos parlamentares apoiados por Bolsonaro foram ruins:

— A ideia de abrir espaço para flexibilização de gastos no Brasil, seja com privatizações ou com reformas, não tem mais credibilidade porque não avança. Havia esperança na privatização da Eletrobras. E a expectativa era de um primeiro semestre de 2021 de calma, com as condições mais posi-

tivas no exterior. Mas estamos complicando o meio de campo.

Houve reflexos até nos contratos de juros futuros. A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 subiu de 3,25% para 3,375%. No DI de janeiro de 2023, a taxa foi de 4,97% para 5,10%, enquanto os juros para janeiro de 2025 foram de 6,48% para 6,62%.

— As declarações dos candidatos à presidência do Senado e da Câmara são feitas num contexto em que o cenário fiscal é muito ruim. Para o mercado, a sensação é que vamos passar mais um semestre sem avançar nas pautas econômicas — disse Camila Abdelmalack, economista-chefe da Vedha Investimentos.

Ela lembrou que ainda não existe clareza sobre o Orçamento federal nem

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal

sobre como o governo pretende reverter a trajetória de alta da dívida pública. Tudo isso aumenta a incerteza, diz a economista.

As eleições para a presidência da Câmara e do Senado estão previstas para 1º de fevereiro.

POUCA MARGEM DE GASTOS

As declarações dos dois parlamentares apoiados pelo governo na disputa pelo comando do Congresso ocorrem em um momento de expectativa e pressão nos bastidores pela renovação do auxílio emergencial, criado em abril e encerrado em dezembro do ano passado.

Em 2020, os repasses para mais de 65 milhões de pessoas foram possíveis porque o decreto de estado de calamidade suspendeu regras fiscais, abrindo

espaço para a União gastar além do que seria possível, caso todas as travas no Orçamento estivessem valendo.

Sem a flexibilização dos gastos, a margem de manobra do governo para pagar benefícios é pequena. Como revelou o GLOBO em dezembro, a equipe econômica trabalha com o plano de ampliar o número de beneficiários e o valor médio pago no Bolsa Família, que passaria a R\$ 200. A solução, no entanto, ainda deixaria de fora a maior parte das pessoas que receberam o auxílio emergencial no ano passado.

Bolsonaro, por sua vez, afirmou ontem em uma transmissão nas redes sociais que planeja aprovar uma reforma tributária no Congresso este ano, mas de forma que não ameace a arrecadação do governo.

— Buscamos, vamos, se Deus quiser,

fazer a reforma tributária no corrente ano.

“O auxílio emergencial precisa acontecer de uma forma que o mercado possa suportar”

Arthur Lira (PP-AL), candidato à presidência da Câmara dos Deputados



Modo Répl...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Fim do auxílio deixa mães solo sem rede de proteção social na crise **Impacto:** Neutro

Fim do auxílio deixa mães solo sem rede de proteção social na crise

Das 11 milhões de mulheres solteiras com filho que receberam o benefício na pandemia, 4,8 milhões estão fora do Bolsa Família

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br

Pouco antes de começar a pandemia, em fevereiro do ano passado, Giselle de Souza, de 27 anos, foi dispensada do emprego sem carteira em que trabalhava como vendedora três vezes na semana. Mãe de dois filhos, ela usava parte do salário para pagar uma babá, que ficava com as crianças enquanto



Apreensão. Suzany Justino já sente o fim do auxílio: ela torce por uma encomenda de bolo para pagar o gás ou a luz

ela trabalhava, de dia, e estudava no EJA, à noite. Mas desde que a renda cessou e a pandemia se instalou, a es-

cola dos filhos fechou e o emprego sumiu.

— Sempre que tentava o Bolsa Família, faltava algum documento ou algo dava errado. O auxílio foi de grande ajuda. Por mais que as crianças tenham pai, elas só têm amim para apor comida dentro de casa. Não consigo emprego e preciso de alguém para ficar com eles para sair em busca de serviço. Fico pensando: quando as coisas vão melhorar? E não sei—lamenta amoradorade Duque de Caxias, que tem uma filha de 9 anos e um filho de 7.

Giselle está entre as mais de 11 milhões de brasileiras com filhos que receberam o auxílio emergencial dobrado — que começou em R\$ 1.200 e foi reduzido de setembro a dezembro para R\$600, quando o benefício foi encerrado. As mães solo representam uma parcela expressiva dos 68 milhões que

receberam o benefício: elas são as responsáveis pelo sustento da família, mas não têm emprego com carteira e vivem em situação de vulnerabilidade social.

Além de sofrerem resistência maior para serem contratadas pelas empresas, elas lidam com o cenário de creches e escolas fechadas. Além disso, as vagas escassearam com o impacto da pandemia no setor de serviços.

— Essas mulheres já chegaram na pandemia em uma situação mais vulnerável, pois vivem em um tipo de domicílio mais suscetível à pobreza. Normalmente, as famílias com crianças têm mais dificuldade de gerar renda e costumam ter taxas de emprego e de informalidade maiores. Sem o apoio das escolas, a preocupação é maior — afirma o economista Pedro Fernando Nery.

Números do Ministério do Desenvolvimento Social reunidos por Nery, economista e consultor legislativo do Senado Federal, mostram que 6 milhões de mães solo estão incluídas no Bolsa Família, mas há outras 4,8 milhões de mulheres na mesma condição de chefe de família que só receberam o auxílio e podem acabar não sendo inscritas no programa ainda neste ano.

Dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE mostram que os arranjos domiciliares formados por mães solteiras com filhos de até 14 anos concentram a maior incidência de pobreza: 54,9% vivem com renda per capita mensal inferior a US\$5,50. Nos domicílios em que as mulheres negras são as chefes de família, o percentual sobe para 62,4%.

— A pobreza e a extrema pobreza para o grupo das mães solo devem crescer

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Fim do auxílio deixa mães solo sem rede de proteção social na crise

muito nos primeiros meses. Acredito que agente deve terminar 2021 em um patamar ainda mais alto do que o anterior à pandemia—avalia Nery.

Nas projeções de Daniel Duque, pesquisador do Ibre/FGV, o percentual de brasileiros em pobreza extrema — com renda familiar per capita menor que R\$ 155 por mês — deve chegar a 10% a 15% da população neste mês, sendo que, neste grupo, 25% vivem em domicílios chefiados por mães solo.

— É um início de ano extremamente desafiador, não apenas devido ao fim do auxílio emergencial, mas também devido à alta da inflação dos alimentos que impacta o poder de compra daqueles domicílios com filhos, principalmente pequenos —ressalta Duque.

A professora Celina Ramalho, da Escola de Administração do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), avalia que as mães solo foram triplamente sobrecarregadas. Além de serem responsáveis pela geração da renda familiar, fazem todo o trabalho doméstico e passam tempo integral com os filhos com as creches fechadas:

— As mães tiveram que dar conta dos filhos em casa e ficaram sem ter como deixar um menor de idade para sair à procura de trabalho ou manter o emprego — analisa Celina. — É essencial o papel do governo para corrigir esse agravante, mas, parou na melhor condição temporária, um mal tem a tiva é o empreendedorismo.

O trabalho como boleira é o que tem anti do Suzan e Justino, de 27 anos, e os dois filhos: Davi, de 7 anos, e

Arthur, de 6 anos. Antes da pandemia, ela conciliava aconfeitearia com os bicos como faxineira, massem a ida das crianças para a escola só foi possível continuar o serviço em casa. Mesmo assim, foi o benefício dobra dodo auxílio que a permitiu passar pelo período mais crítico da pandemia em perda moradia:

— Veio como uma benção porque estava com alguns meses de aluguel atrasado e passando por dificuldades até de falta de alimento, porque não tinha nenhuma encomenda — diz ela, que teme novas dificuldades com o fim do auxílio. — Todas essas conquistas das contas em dia já foram perdidas. Eu ainda não consegui pagar o meu aluguel deste mês.

Enquanto a escola pública dos filhos segue sem previsão de aulas presenciais, ela precisa de malabarismo para

equilibrar as contas e manter a alimentação da família:

— Fico em casa com eles torcendo para que alguém me fale que quer um bolo para euter R\$100 ou o R\$80 para apagar aluz, ogá se juntar para pagar o aluguel. Fui procurar trabalho formal e deixei mais de 40 currículos, mas fui chamada só para uma entrevista e não fiquei com a vaga. Às vezes me vejo de mãos atadas.

A economista da UF F Hildete Pereira de Melo, estudiosa das questões de gênero e do trabalho doméstico, diz que 80% das mulheres que trabalham fora estão no setor de serviços, e boa parte de modo informal. A recuperação da economia só deve ocorrer como controle da crise sanitária:

— As mulheres estão no comércio, no setor de saúde, na área da educação

enosserviços domésticos. Não sabemos como sedará a recuperação da economia, e o funcionamento das escolas tem relação direta comatrabalho das mães solo. É um cenário ameaçador.

“O auxílio foi de grande ajuda. Por mais que as crianças tenham pai, elas só têm a mim para pôr comida dentro de casa. Não consigo emprego e preciso de alguém para ficar com eles para buscar serviço”

Giselle de Souza, beneficiária do auxílio e mãe de duas crianças

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Preços de plano de saúde dispararam com reajuste **Impacto:** Neutro

Preços de plano de saúde dispararam com reajuste

Valores surpreendem consumidor com cobrança retroativa dos aumentos anual e por faixa etária suspensos em 2020 por causa da pandemia. Procon-SP estuda forma de recorrer judicialmente contra correções abusivas

41 LUCIANA CASEMIRO E PATRÍCIA VALLE
economia@oglobo.com.br

Mais de 20 milhões de usuários de plano de saúde começaram o ano com uma contagem em salgada apagar. Em alguns casos, o preço disparou, como mensalidade reajustada comada à cobrança retroativa dos aumentos anual e por faixa etária suspensos em 2020



Preço salgado. O plano de saúde do empresário Márcio de Carvalho subiu 25%

por causa da pandemia. Diante dos relatos, o Procon-SP estuda forma de recorrer judicialmente contra aumentos abusivos pelas empresas do setor, nos

quais o valor final do boleto pode subir mais de 30% ou quase dobrar.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu, no ano passado, o reajuste anual de planos individuais, coletivos por adesão e empresariais. Não foram beneficiados os contratos coletivos com mais de 30 vidas que tinham sido reajustados até 31 de agosto ou aqueles que optaram por não ter a suspensão. A cobrança retroativa começou neste mês, dividida em 12 parcelas iguais.

Para o empresário paulista Márcio Lucas de Carvalho, de 53 anos, o valor final do plano de saúde ficou cerca de 25% maior, o que o levou a procurar um advogado para avaliar a possibilidade de ir à Justiça brigar por um arredo:

—Procurei a Qualicorp, administrado-

ra que cuida do plano da minha empresa, e eles se limitaram a me mandar uma tabela de outras opções com os preços. Nos últimos anos, já tenho feito a portabilidade de forma recorrente para reduzir o custo, mas, desta vez, se fizer a troca por um mais barato, o serviço não atenderá às minhas necessidades. Pago integralmente o plano dos meus cinco funcionários, mas não sei se, com esse aumento, eles terão como continuar arcando com o custo de seus dependentes.

A Qualicorp explica que o índice de correção é determinado pela operadora e que, como administradora do benefício, negocia para obter o menor reajuste.

Com um filho de 3 meses, o advogado Raphael de Abreu Alves Castro, de 39 anos, já pensa em procurar alternativas mais baratas para seu plano em-

presarial da Amil. A mensalidade, reajustada em agosto de R\$ 1.159 para R\$ 1.315, subiu para R\$ 1.466 com a inclusão do novo membro da família em outubro. Agora, com a cobrança retroativa do aumento, o valor mensal é de R\$ 1.726, o que está pesando no orçamento, afirma Castro:

—Eu não esperava essa alta. Isso vai impactar no meu orçamento, mas plano de saúde é muito importante, ainda mais quando se tem um filho pequeno, que todo mês precisa ir ao pediatra fazer consultas, pode precisar de atendimento de emergência. Vou pesquisar outros planos para ver se consigo um mais em conta.

A Amil informa que o reajuste foi realizado conforme índice de 13,98% aprovado pela ANS para empresas do mesmo porte. A operadora reforça que não houve reajuste durante o período

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 22/01/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Preços de plano de saúde dispararam com reajuste

de suspensão de setembro a dezembro de 2020, tendo em janeiro incidido somente o índice aprovado, sem cobrança retroativa relativa a esses meses, que começará a ser cobrado em 11 parcelas, a partir de fevereiro.

LIMITE PARA O PERCENTUAL

Para Fernando Capez, diretor executivo do Procon-SP, a pandemia causou um desequilíbrio nos contratos de planos de saúde que precisa ser resolvido. Para tanto, o departamento jurídico da entidade estuda qual o percentual considerado limite para os reajustes. A partir dessa análise e das reclamações dos consumidores, o Procon-SP planeja entrar com ações civis públicas contra as empresas para barrar qualquer aumento acima desse percentual:

—Tivemos relatos de casos em que o

valor final do boleto chegou a dobrar, outros subiram 37% e por aí vai. O objetivo da ação é recompor o equilíbrio do contrato, nesse momento excepcional. Os atuais reajustes causaram uma desproporção entre empresas e consumidores. Consultas, exames, cirurgias deixaram de ser feitas, com efeito positivo para o caixa das empresas — pontua Capez.

A advogada Mônica Hesketh, especialista em direito do consumidor do escritório Guimarães, Hesketh e Lemos Advogados, diz que a primeira providência a ser tomada pelo consumidor é tentar uma negociação com a operadora:

—É possível tentar diminuir o reajuste ou conseguir um desconto para o pagamento à vista da recomposição. Se não conseguir uma negociação, é importante que muita gente reclame aos

Procons para que eles possam agir.

A Federação Nacional da Saúde Suplementar (Fena Saúde), que representa as maiores empresas do setor, destaca que “a recomposição dos valores que deixaram de ser cobrados dos beneficiários ao longo de 2020 foi definida pelo órgão regulador, em 12 vezes, o que permite diluir o impacto no orçamento dos contratantes, sejam empresas ou famílias”.



Modo Répl...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

Clippings

| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|----------|-----------------------|------------|---------|----|---|----------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|-----------------|
| 21/01/21 | Prefeitura de Mossoró | Site | | RN | Município busca parcerias para o desenvolvimento econômico de Mossoró e região | Positivo | Matéria | | A | | | |
| 21/01/21 | Blog do FM | Blog | | RN | Pelo segundo ano consecutivo, Hotel-Escola Senac Barreira Roxa conquista prêmio com uma das melhores notas de avaliação no site Booking | Positivo | Matéria | | B | | | |
| 21/01/21 | Hilneth Correia | Site | | | Marcelo Queiroz recebe homenagem da superintendência da PRF/RN | Positivo | Matéria | | B | | | |
| 21/01/21 | Canindé Santos | Blog | | RN | Prefeitura busca qualificação para profissionais do turismo de Extremoz | Positivo | Matéria | | B | | | |
| 21/01/21 | Blog da Juliska | Blog | Natal | RN | Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios | Neutro | Matéria | | B | | | |
| 21/01/21 | Jornal O Mossoroense | Site | Mossoró | RN | Exportações do RN cresceram | Neutro | Matéria | | A | | | |

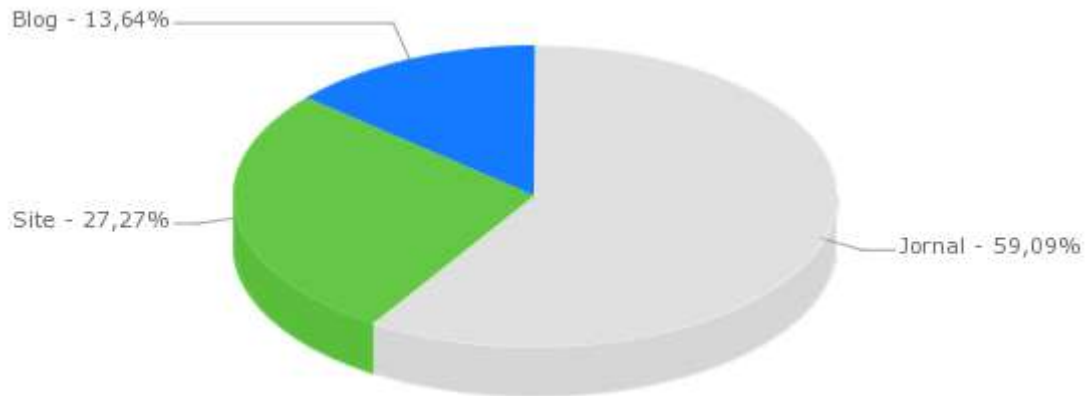
| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editori al |
|----------|------------------|------------|--------|----|--|---------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|------------------|
| | | | | | quase 90% em dezembro | | | | | | | |
| 21/01/21 | Tribuna do Norte | Site | Natal | RN | Governo Fátima pede agilidade ao Governo Federal para produção de vacinas | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 21/01/21 | Tribuna do Norte | Site | Natal | RN | Pedidos de recuperação judicial caíram 15% em 2020 | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 21/01/21 | Tribuna do Norte | Site | Natal | RN | Governo federal se compromete com isenção de exportações para o PMA | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | Após impasse, Índia libera envio de 2 milhões de doses de vacina de Oxford | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | Empresários pressionam por vacinas, oferecem ajuda e criticam governo | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | Empresas veem 'improviso' do governo | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | Com pandemia, dobram denúncias contra empresas | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | TCU cobra crédito dado a | Neutro | Matéria | | A | | | |

| Data | Veículo | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editori al |
|----------|--------------------|------------|----------|----|--|---------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|------------------|
| | | | | | bancos públicos | | | | | | | |
| 22/01/21 | Estadão | Jornal | | DF | Com pandemia, sites de venda de produtos estrangeiros ganham espaço | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | DF | Governo baixará tom no 5G para agilizar entrega de insumos de vacina da China | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | DF | Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021 | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | SP | País mais arrumado não retiraria todo o auxílio de uma vez, diz Arminio | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | Folha de São Paulo | Jornal | | RJ | Problema na vacinação e alta de casos exigem novas políticas de ajuda, afirmam economistas | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | O Globo | Jornal | Brasília | DF | Pressão por novo auxílio gera temor de crise fiscal | Neutro | Matéria | | A | | | |
| 22/01/21 | O Globo | Jornal | Brasília | DF | Fim do auxílio deixa mães solo sem rede de proteção social na crise | Neutro | Matéria | | A | | | |



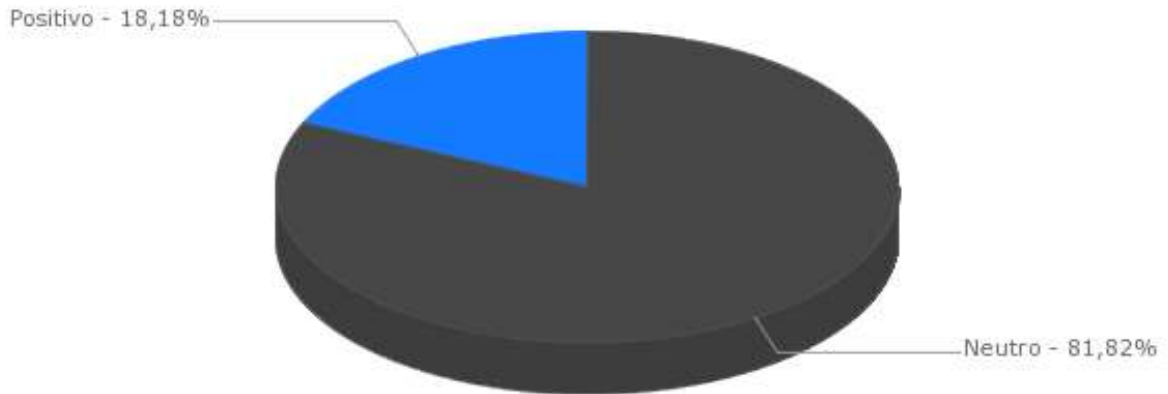
| Data | Veículo | Tipo Mi di a | Cidad e | U F | Título | Impac to | Tipo Publicaç ão | Tipo Clippi ng | Ca t | Pg s. | Centim./Min ut. | Valor Editori al |
|------------------|---------|--------------------|--------------|--------|--|-------------|------------------------|----------------------|---------|----------|--------------------|------------------------|
| 22/01/ 21 | O Globo | Jorn al | Brasí lia | D F | Preços de plano de saúde disparam com reajuste | Neutro | Matéria | | A | | | |
| Qtde.: 22 | | | | | | | | | | | | |

Clippings por Tipo de Mídia



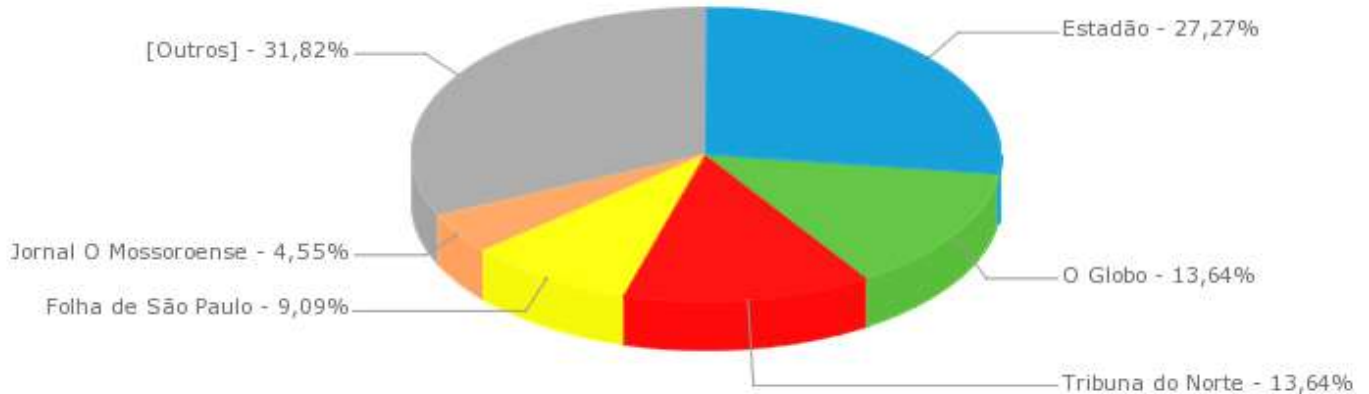
| Tipo de Mídia | Qtde. | % |
|---------------|-------|-----------|
| Jornal | 13 | 59,09 % |
| Site | 6 | 27,27 % |
| Blog | 3 | 13,64 % |
| Total: | | 22 |

Clippings por Impacto



| Impacto | Qtde. | % |
|----------|-------|------------------|
| Neutro | 18 | 81,82 % |
| Positivo | 4 | 18,18 % |
| | | Total: 22 |

Clippings por Veículo



| Veículo | Tipo de Mídia | Qtde. | % |
|-----------------------|---------------|-------|-----------|
| Estadão | Jornal | 6 | 27,27 % |
| O Globo | Jornal | 3 | 13,64 % |
| Tribuna do Norte | Site | 3 | 13,64 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 2 | 9,09 % |
| Jornal O Mossoroense | Site | 1 | 4,55 % |
| Blog da Juliska | Blog | 1 | 4,55 % |
| Hilneth Correia | Site | 1 | 4,55 % |
| Blog do FM | Blog | 1 | 4,55 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 1 | 4,55 % |
| Folha de São Paulo | Jornal | 1 | 4,55 % |
| Prefeitura de Mossoró | Site | 1 | 4,55 % |
| Canindé Santos | Blog | 1 | 4,55 % |
| Total: | | | 22 |